



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

KATHARYNA RAMOS LINO

**A ESCOLA DE COPENHAGUE E O PROCESSO DE DESSECURITIZAÇÃO DAS
FARC**

São Cristóvão
2021

KATHARYNA RAMOS LINO

**A ESCOLA DE COPENHAGUE E O PROCESSO DE DESSECURITIZAÇÃO DAS
FARC**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Relações Internacionais da Universidade Federal de Sergipe, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Prof^a. Dra. Bárbara Vasconcellos de Carvalho Motta

São Cristóvão
2021

TERMO DE APROVAÇÃO

KATHARYNA RAMOS LINO

A ESCOLA DE COPENHAGUE E O PROCESSO DE DESSECURITIZAÇÃO DAS FARC

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Relações Internacionais da Universidade Federal de Sergipe, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Banca Examinadora:

Prof^a. Dra. Bárbara Vasconcellos de Carvalho Motta – Orientadora
DRI – UFS

Prof^a. Dra. Érica Cristina Alexandre Winand
DRI – UFS

Prof^a. Dra. Livia Peres Milani
DRI – UFS

São Cristóvão, 11 de fevereiro de 2021.

Às quatro mulheres da minha vida: Maria, Rita,
Márcia e Sandra.

Agradecimentos

Primeiramente, gostaria de agradecer à minha família, minha base. À minha mãe, Rita, agradeço pelo amor incondicional, carinho e dedicação; obrigada por todo o esforço dedicado a dar a mim e a Henrique a melhor criação que poderíamos ter. Amo a senhora infinitamente. A meu irmão, por estar sempre junto. À minha avó, Maria, agradeço por me ensinar sobre o poder da fé e a confiar que Deus estará sempre olhando por nós. A meu avô, José [*in memoriam*], por ser exemplo de paternidade, honra e honestidade; obrigada por deixar para nós a herança do amor ao cinema. Às minhas tias: Márcia, agradeço por todo o carinho e por acreditar no meu potencial; e Sandra, igualmente pelo carinho e por me incentivar a buscar sempre o conhecimento; obrigada por despertar em mim o amor aos livros. Tenho muita sorte por ter vocês como meus familiares.

Agradeço também a Armando, pela cumplicidade e companheirismo ao longo dos anos; a jornada é mais leve ao seu lado. À Waléria e Wanda, por me acolherem e me receberem em sua família. Às minhas amigas/irmãs, Mariana e Carol, pelos anos de convivência e por saber que posso contar com vocês para tudo. À Tâmara, pela parceria; eu não teria conseguido sem você.

Por fim, gostaria de agradecer ao corpo docente do DRI, por ajudar a construir em mim o senso crítico e pela generosidade em compartilhar o conhecimento. Em especial, agradeço à minha orientadora, Bárbara Motta, por aceitar o desafio de me guiar durante o percurso deste trabalho e pela paciência. Obrigada a todos.

RESUMO

Historicamente, o Estado colombiano sofreu com diversos conflitos internos causados pelas ações dos grupos armados e a expansão do narcotráfico. O movimento pela paz se tornou algo recorrente entre os governos a partir da década de 1980. A ascensão de Juan Manuel Santos à presidência da Colômbia trouxe mudanças consideráveis ao cenário político do país, tanto nas instituições e dinâmicas internas quanto no posicionamento com relação ao enfrentamento ao narcotráfico e à guerrilha. Partindo deste ponto, este trabalho visa analisar, com base na teoria da Escola de Copenhague, como o processo de dessecuritização colaborou para a construção da paz entre o governo e as FARC-EP. Para isto, é feito um breve apanhado histórico e uma apresentação do resultado do processo de securitização desenvolvido pelo presidente Álvaro Uribe e do resultado da dessecuritização promovida por Santos.

Palavras-chaves: Escola de Copenhague; securitização; dessecuritização; narcotráfico; Colômbia.

ABSTRACT

Historically, the Colombian state has suffered from several internal conflicts caused by the actions of armed groups and the expansion of drug trafficking. The peace movement has become a recurring theme among governments since the 1980s. The rise of Juan Manuel Santos to the presidency of Colombia has brought considerable changes to the country's political scene, both in institutions and internal dynamics and in its position regarding drug trafficking and guerrillas confrontation. Starting from this point, this work aims to analyze, based on the Copenhagen School theory, how the desecuritization process collaborated for the construction of peace between the government and the FARC-EP. For this, a brief historical overview is made and a comparison between the result of the securitization process developed by President Álvaro Uribe with the result of the desecuritization promoted by Santos.

Key words: Copenhagen School; securitization; desecuritization; drug trafficking; Colombia.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

GRÁFICOS

Gráfico 1 – Número de iniciativas pela paz em cada governo	29
Gráfico 2 – Evolução do número de integrantes da FARC e do ELN (1964-2014).....	31
Gráfico 3 – Gastos com segurança e defesa como porcentagem do PIB colombiano (1991-2005)	34
Gráfico 4 – Desmobilizações individuais e coletivas dos grupos armados ilegais colombianos (1999 – 2006)	34

FIGURAS

Figura 1 – Objetivos da PISDP.....	38
Figura 2 – Resultado do plebiscito colombiano de 2 de outubro de 2016.....	40

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

CRS	Complexos Regionais de Segurança
DH	Direitos Humanos
DIH	Direito Internacional Humanitário
ELN	Ejército de Liberación Nacional
EPL	Ejército Popular de Liberación
ESI	Estudos de Segurança Internacional
FARC-EP	Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia - Exército do Povo
PCSD	Plano de Consolidação da Segurança Democrática
PISDP	Política Integral de Segurança e Defesa para a Prosperidade
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 ASPECTOS TEÓRICOS DA ESCOLA DE COPENHAGUE: COMPLEXOS REGIONAIS DE SEGURANÇA, SECURITIZAÇÃO E DESSECURITIZAÇÃO.....	14
2.1 Teoria dos Complexos Regionais de Segurança	15
2.1.1 O subcomplexo andino e o caso colombiano	17
2.2 Securitização	21
2.3 Dessecuritização	25
3 A DESSECURITIZAÇÃO DAS FARC: O PROCESSO COLOMBIANO DE CONSTRUÇÃO DA PAZ.....	28
3.1 As Tentativas de Diálogo	29
3.1.1 Governo de Álvaro Uribe Veléz (2002-2010).....	32
3.1.2 Governo de Juan Manuel Santos (2010-2018)	35
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	45

1 INTRODUÇÃO

A Colômbia é um país que possui uma série de desafios a serem superados. Seu contexto político foi marcado por episódios de instabilidade que incluíram problemas como narcotráfico, conflito interno, violência e ausência da governabilidade estatal em partes de seu território (KOERICH, 2015). Durante a década de 1960 surgiram os primeiros grupos guerrilheiros, dentre eles as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), grupo de maior influência no país. Esses grupos cresceram e expandiram sua zona de influência pelas regiões periféricas, recebendo apoio da população rural, que não tinha seus interesses representados pelo governo. Além disso, esses grupos passaram a recorrer a atividades ilícitas, como sequestro e tráfico de drogas, para financiar seu funcionamento (LANGE, 2016). Ao longo dessas mais de sessenta décadas, a maioria dos governantes tentou, em vão, acabar com o conflito. O cenário começou a mudar a partir da eleição de Andrés Pastrana, com a criação do Plano Colômbia¹ em conjunto com os Estados Unidos. Desde então, a forma de lidar com as questões de segurança passaram por uma série de mudanças.

Para analisar tais mudanças, o presente trabalho busca enquadrar o arcabouço teórico difundido pela Escola de Copenhague ao caso colombiano. Os conhecimentos de autores e autoras importantes como Buzan, Waever, Tanno, dentre outros, são utilizados de forma a embasar o argumento central de que houve uma tentativa de dessecuritizar a relação com as FARC na Colômbia, a partir do pensamento de que embora a securitização seja uma das formas de lidar com as ameaças, no caso colombiano, o caminho reverso – a desconstrução das FARC enquanto ameaça – se mostrou mais eficaz na firmação de um Acordo de Paz sólido. Para tanto, perceber o contexto no qual os atores estão inseridos, a importância de debater as questões de segurança no âmbito da política comum e entender como o processo dessecuritizador demanda um período de tempo maior mostra-se imprescindível.

Além disto, o uso da teoria de securitização da Escola de Copenhague serve para salientar a importância que a linguagem e os atos de fala exercem sobre as relações internacionais em diversas áreas como a econômica, societal, política e ambiental. A formulação de encadeamento estrutural da escola, proposto por Buzan e Waever (2009), permite compreender que a segurança é fruto de forças socialmente construídas através do

¹ A política de combate ao narcotráfico foi potencializada nos países andinos, tidos como principais produtores de matéria-prima para elaboração de substâncias psicotrópicas. Nesse contexto, é criado o Plano Colômbia, em 2000, um acordo de auxílio militar e financeiro estadunidense em solo colombiano (LAMMERHIRT; REMONDEAU, 2015, p. 57).

discurso. Inclinações políticas e interesses específicos, segundo os autores, servem para instrumentalizar o discurso afim de transformar o processo securitizador.

Um dos momentos mais emblemáticos na história colombiana ocorreu em 1999, quando os então presidentes da Colômbia e dos Estados Unidos, Andrés Pastrana e Bill Clinton, respectivamente, aprovaram o Plano Colômbia. Implementado em 2000, o projeto contou com um orçamento de 7,5 bilhões de dólares e três componentes principais:

[...] I. quatro bilhões de dólares desembolsados pelo governo colombiano para investimentos sociais e substituição de plantios de coca para a população afetada pela violência; II. 1,3 bilhão de dólares desembolsados pelo governo americano para a assistência técnica, militar e financeira para o combate ao tráfico na Colômbia; III. 1,7 bilhão de dólares desembolsados por países europeus para a paz (VILLA, 2007 apud CORDEIRO, 2015, p. 128-129).

Esse Plano representou o ápice da política de cooperação entre os Estados Unidos com países da região, utilizando-se de instrumentos econômicos e o emprego efetivo das forças armadas estadunidenses em território estrangeiro. Dessa maneira, os Estados Unidos assumiram o papel de agente securitizador, defendendo o discurso da garantia da estabilidade dos governos democráticos e sua governabilidade, e do combate a proliferação dessas “novas ameaças”. Por outro lado, o governo colombiano também interpreta esse papel internamente ao eleger Álvaro Uribe à presidência da Colômbia, em 2002, com um discurso amplamente securitizador e alinhado à política estadunidense, visando combater as ameaças através da via militar. Embora seus esforços tenham sido mais notáveis do que os de seus antecessores, o problema do narcotráfico ainda persistia. Foi só com a ascensão de Juan Manuel Santos ao poder, em 2010, e sua abertura ao diálogo que, através do foco na estratégia de dessecuritização, um Acordo Geral foi firmado entre o Estado colombiano e os guerrilheiros das FARC.

No que tange este estudo de caso específico, a partir dos atentados de setembro de 2001, o foco de atuação dos EUA desloca-se do combate às drogas do narcotráfico para a guerrilha e grupos paramilitares atuantes na Colômbia com base na retórica estadunidense de guerra ao terror. Ou seja, o combate às drogas passou a significar combate também aos grupos paramilitares. Os Estados Unidos deixaram de diferenciar as ações de grupos guerrilheiros, paramilitares e narcotraficantes, e chamaram todos de “narcoguerrilha”. Essa mudança conceitual fez com que se entendesse que a “narcoguerrilha” daria espaço para o “narcoterrorismo”. A partir disso, tanto Washington quanto Bogotá passaram a pressionar que outros países andinos classificassem grupos como as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – Exército do Povo (FARC-EP), que mudou seu nome em 1982, como terroristas (VILLA; OSTOS, 2005). Como aponta Lammerhirt e Remondeau,

Nesse âmbito, há uma mudança na doutrina das forças armadas no que tange o combate a ameaças não-tradicionais, pois segurança pública e defesa nacional passam a se confundir. O narcotráfico é securitizado e associado ao terrorismo, estreando o termo “narcoterrorismo”, sendo tal conceito exportado a todo hemisfério, convertendo a guerra às drogas em uma ideologia não apenas política, como também militar em toda a região (LAMMERHIRT; REMONDEAU, 2015, p. 66).

Dessa maneira, o presente trabalho encontra-se dividido da seguinte forma: o primeiro capítulo fará um apanhado teórico sobre a Escola de Copenhague, apontando a questão da ampliação da agenda de pesquisa e seus aspectos principais como os Complexos Regionais de Segurança, a Teoria de Securitização, especificamente em seu aspecto da dessecuritização – tomando como base o trabalho de Buzan et al. (1998). O segundo capítulo trabalhará a parte empírica ao traçar um breve panorama histórico do conflito e de suas subsequentes tentativas de acordo de paz, levando em consideração os aspectos teóricos trabalhados no capítulo anterior, e fará um comparativo entre as políticas adotadas por Uribe e Santos por conta de suas políticas emblemáticas – um ao dar continuidade e aprofundar as ações do Plano Colômbia e o outro por ter alçando o Acordo de Paz. Por fim, o último capítulo fechará o estudo com a retomada dos temas trabalhados até então e ponderará sobre o porquê da estratégia dessecuritizadora ter sido a mais vantajosa para resolver o conflito colombiano.

Este trabalho se mostra relevante pois, durante sua elaboração, foi observado que há uma lacuna no debate sobre dessecuritização. Existem poucos textos que trabalham o tema de forma robusta e o aplicam empiricamente – geralmente, a dessecuritização vem acoplada ao debate que é feito sobre securitização, porém sem receber a mesma atenção. O objetivo aqui não é esgotar o debate, mas sim trazer alguns *insights* para tentar endereçar essa lacuna. O método utilizado na elaboração do trabalho foi o estudo de caso. Segundo Gray (2012, p. 201), este método “é ideal quando se faz uma pergunta do tipo ‘como’ ou ‘por que’ sobre um conjunto de eventos contemporâneos, dos quais o pesquisador não tem qualquer controle”. Já Ev e Gomes (2014) afirmam que

um estudo de caso é, antes de tudo, uma forma particular de desenho de pesquisa focado na análise detalhada das características e das variações apresentadas pelos casos compreendidos dentro do fenômeno estudado. Sua lógica é a de que, a partir do estudo intensivo de um número reduzido de casos, é possível produzir explicações generalizáveis para o fenômeno de interesse (EV; GOMES, 2014, p. 83).

Além disto, este método tem um caráter indutivo onde “o argumento passa do particular para o geral, uma vez que as generalizações derivam de observações de casos da realidade concreta” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 127). Ou seja, após discutir os aspectos teóricos no primeiro capítulo, a pesquisa partirá do particular para o geral, retomando a teoria e questionando alguns de seus elementos. Nessa circunstância, o caso abordado é o de como a

estratégia de dessecuritização do governo Santos foi a que mais avançou no combate às guerrilhas e ao narcotráfico. Assim, foram utilizadas abordagens qualitativas de análise para tentar explicar como se deu a evolução desse processo, através da realização de pesquisa bibliográfica mais aprofundada.

2 ASPECTOS TEÓRICOS DA ESCOLA DE COPENHAGUE: COMPLEXOS REGIONAIS DE SEGURANÇA, SECURITIZAÇÃO E DESSECURITIZAÇÃO

Desde o fim da Guerra Fria, o cenário teórico envolvendo o tema da segurança foi tomado por uma leva de críticas, uma vez que as teorias tradicionais – como o realismo e o liberalismo –, e mesmo suas reformulações, – com o debate neo-neo – não se mostravam suficientes para responder aos novos questionamentos que emergiram a partir do fim da configuração bipolar. Era preciso uma nova abordagem, que fosse capaz de atender a essas demandas geradas pelo surgimento de novas ameaças e novos atores, e é nesse contexto que a Escola de Copenhague se apresenta enquanto alternativa teórica de análise.

O presente capítulo tem o intuito de discorrer sobre o arcabouço teórico da Escola de Copenhague, bem como discutir, em seções distintas, a teoria dos Complexos Regionais de Segurança e o Subcomplexo Andino – a título de contextualização e localização da Colômbia. Em sequência, será apresentado como ocorrem os processos de securitização e dessecuritização.

Segundo Tanno (2003), foram desenvolvidas três vertentes teóricas dentro dos Estudos de Segurança Internacional (ESI): a tradicionalista, a abrangente e a crítica. A vertente tradicionalista teria o Estado como centro de análise e defenderia que seus estudos fossem voltados apenas aos assuntos militares. Já a vertente crítica diria que os esforços acadêmicos deveriam estar voltados às pesquisas relacionadas à emancipação humana e seus valores de liberdade e igualdade. A vertente abrangente – onde a Escola de Copenhague estaria localizada –, por sua vez, tentaria encontrar um meio termo entre as anteriores ao propor enquadrar em seus estudos tanto questões militares e políticas quanto ameaças vindas de outras áreas. Assim como Tanno, Buzan, Wæver e De Wilde., em seu livro *Security: A New Framework for Analysis* (1998), afirmaram que a segurança, além de não se tratar só de Estados, tratava de todas as coletividades humanas e não deveria focar somente nos conflitos advindos do meio militar ou político. Seria preciso considerar que a segurança seria afetada em outros setores como o econômico, o societal e o ambiental.

Uma das principais críticas à Escola de Copenhague seria justamente a de que a ampliação da agenda ocasionaria uma incoerência intelectual, baseando-se na máxima de que se tudo pode ser considerado segurança, então nada é segurança. Buzan et al. (1998) reconhecem essa crítica, mas não concordam que a melhor abordagem seria a de se ater apenas os preceitos tradicionalistas. Em sua obra, o autor aponta a importância de expandir a agenda de pesquisa incluindo novos atores, além do Estado, e novos setores nos quais diferentes questões podem ser apontadas enquanto potenciais ameaças ou vulnerabilidades. Além disso,

outros níveis de análises são levados em consideração como o sistema internacional, os subsistemas, as unidades nacionais, suas subunidades e os indivíduos. É essa ampliação do escopo teórico que diferencia a Escola de Copenhague das demais até aquele momento existentes. Neste sentido, a teoria destaca a importância do papel exercido pela linguagem no que se refere ao estabelecimento de uma compreensão sobre a realidade ao ser parte fundamental nos processos de securitização e dessecuritização de um determinado assunto. A materialidade da ameaça importaria menos do que a influência que o discurso seria capaz de gerar em uma dada audiência. O mero ato de dizer *segurança* já declararia uma situação de emergência e isto seria suficiente para dar o gatilho inicial ao processo de securitização – pouco importando, a princípio, se a ameaça apontada seria real ou não – ou seja, a linguagem seria algo autorreferente (BUZAN et al., 1998).

2.1 Teoria dos Complexos Regionais de Segurança

Como o fim da Guerra Fria significou um marco nos ESI, foi a partir deste período que o âmbito regional se tornou mais relevante dentro das análises de segurança. Levando em consideração as relações de poder, outro ponto que merece atenção é a forma como as potências se comportam e/ou exercem influência em outras regiões. Um exemplo claro disto é a maneira como os Estados Unidos assumiram o papel de protetor da América do Sul como forma de manter e aumentar sua zona de influência na região. É nesse momento histórico que se enquadra a teoria dos Complexos Regionais de Segurança (CRS) desenvolvida por Buzan e Waever (2003), para a qual as questões de segurança seriam analisadas a partir de um enfoque regionalista, buscando trabalhar o meio-termo que existe entre o ambiente global e o nacional (FUCCILLE; REZENDE, 2013). O principal motor da teoria é a preocupação em identificar as dinâmicas específicas de cada região ao reduzir o nível de análise. Segundo Buzan e Waever (2003), por Complexo Regional de Segurança se entenderia “um conjunto de unidades cujos principais processos de securitização, dessecuritização ou ambos estão tão interligados que seus problemas de segurança não podem ser razoavelmente analisados ou resolvidos separadamente um do outro” (BUZAN; WAEVER, 2003, p. 44, tradução nossa²).

Ainda segundo Buzan e Waever (2003), a estrutura de um CRS é composta por quatro variáveis: (i) fronteira, que diferencia o complexo de sua vizinhança; (ii) estrutura anárquica, na qual o complexo é formado por duas ou mais unidades autônomas; (iii) polaridade, que se

² No original: “a set of units whose major processes of securitisation, desecuritisation, or both are so interlinked that their security problems cannot reasonably be analysed or resolved apart from one another.”

refere à distribuição de poder entre estas unidades; e (iv) construção social, que diz respeito aos padrões de amizade e inimizade (a/i) entre seus participantes (BUZAN; WAEVER, 2003, p.53, tradução nossa³). Estes padrões acabam por gerar interdependências de segurança que podem estar relacionadas a inimizades antigas, fatores históricos, ou proximidade geográfica. Sobre este tema, Nobre (2013) diz que “o *padrão a/i* tem sua origem no nível regional, e é mais facilmente compreendido e analisado a partir daí [...]. Esses padrões a/i podem ser basicamente uma relação de poder, ou algo construído historicamente, levando em consideração questões culturais” (NOBRE, 2013, p. 6). A existência desses padrões está diretamente ligada ao conceito de adjacência. Para Buzan e Waever (2003), “a adjacência é potente para a segurança, porque muitas ameaças viajam mais facilmente por curtas distâncias do que por longas. O impacto da proximidade geográfica na interação com a segurança é mais forte e mais óbvio nos setores militar, político, social e ambiental” (BUZAN; WAEVER, 2003, p. 45, tradução nossa⁴). Nobre (2013) complementa o raciocínio ao afirmar que

Estados menores sempre estarão presos a um CRS com seus vizinhos, grandes potências costumam penetrar várias regiões adjacentes, e as superpotências trespassam todo o planeta. Um Estado pequeno pode securitizar uma ameaça vinda de uma grande potência, mas isso não cria interdependência (NOBRE, 2013, p. 5)

Com relação à classificação dos CRS, estes podem ser divididos em duas categorias: padrão – que caracteriza a América do Sul – e centrado. Segundo Fuccille e Rezende (2013):

no primeiro, não há a presença de uma potência global, sendo o poder definido em termos da polaridade regional [...]. Em termos do padrão de amizade-inimizade, podem ser: conflituosos, regimes de segurança ou comunidades de segurança. Já os CRS centrados são de três formas: (1) unipolares, sendo o polo uma grande potência; (2) unipolares, sendo o polo uma superpotência; (3) centrados, mas integrados por instituições, e não por um poder regional. (FUCCILLE; REZENDE, 2013, p. 80).

Há, ainda, uma subdivisão dos CRS: os subcomplexos. Estes, por sua vez, seriam versões menores dos CRS, possuindo essencialmente as mesmas definições, mas estando incorporados a complexos maiores. Segundo Buzan e Waever (2003), “os subcomplexos representam padrões distintos de interdependência de segurança que, no entanto, são capturados por um padrão mais amplo que define o CRS como um todo” (BUZAN; WAEVER, 2003, p. 51, tradução nossa⁵). Um forte exemplo dessa dinâmica é o CRS da América do Sul que se

³ No original: “The essential structure of an RSC embodies four variables: 1. boundary, which differentiates the RSC from its neighbours; 2. anarchic structure, which means that the RSC must be composed of two or more autonomous units; 3. polarity, which covers the distribution of power among the units; and 4. social construction, which covers the patterns of amity and enmity among the units.”

⁴ No original: “Adjacency is potent for security because many threats travel more easily over short distances than over long ones. The impact of geographical proximity on security interaction is strongest and most obvious in the military, political, societal, and environmental sectors.”

⁵ No original: “Subcomplexes represent distinctive patterns of security interdependence that are nonetheless caught up in a wider pattern that defines the RSC as a whole.”

divide em dois subcomplexos: o Norte-andino e o Cone Sul. Apesar de estarem localizados no mesmo continente e no mesmo CRS, ambos vivenciam dinâmicas bem diferentes. Mesmo a América do Sul não sendo o principal objeto de interesse dos Estados Unidos, sua interferência foi mais atuante na região norte. No Cone Sul, os países buscaram fazer o que Fuccille e Rezende (2013, p. 82) chamaram de ‘balanceamento reprimido’, ao se referir à política de afastamento dos Estados Unidos. Nesta região, a presença do Brasil, enquanto um hegemon estabilizador, e a criação do Mercosul foram cruciais para a diferenciação do CRS em dois subcomplexos.

Fuccille e Rezende (2013, p. 79) ressaltam a importância dos quatro níveis de análise dentro das constelações de segurança, sendo eles: doméstico, Estado-Estado, entre regiões e o papel de potências externas. A respeito deste último, ao abordar o subcomplexo do Norte-andino é difícil deixar de notar a presença constante dos Estados Unidos, destacando, principalmente, sua relação com a Colômbia e o combate ao narcotráfico, que afetou toda a região norte-andina. Para os autores, esta seria uma relação de *penetration*. Buzan e Waever (2003) alegam que “*penetration* ocorre quando potências externas fazem alinhamentos de segurança com os estados dentro de um CRS” (BUZAN; WAEVER, 2003, p. 46, tradução nossa⁶). Os autores mencionam, também, um outro tipo de relação, a de *overlay*, em que há a presença de uma potência de fora que não só influenciaria a região de segurança, mas a definiria por conta da ausência dessa dinâmica na área. Diante disto, eles apontam para a questão da diferenciação entre *overlay* e uma *heavy penetration*. De acordo com eles,

A chave para a distinção é que as potências externas, em vez dos interesses e interações dos estados locais, devem moldar a principal dinâmica de segurança da região. Normalmente, isso significa que as grandes potências têm forças militares substanciais, localizadas na região. O *overlay* é mais fácil de ser visto quando é imposto pela força, pela invasão e ocupação de uma região por potências externas (BUZAN; WAEVER, 2003, p. 63, tradução nossa⁷).

2.1.1 O subcomplexo andino e o caso colombiano

De acordo com a teoria dos CRS desenvolvida por Buzan e Waever (2003), a Colômbia faz parte do subcomplexo Norte-andino – junto de Peru, Equador, Venezuela e Guiana – cujo principal fator agregador é a dinâmica das drogas. Essa região, apesar de não ser marcada por muitos conflitos interestatais, se mostra mais instável por conta de conflitos internos, se comparada com o Cone Sul. “Maior relevância se dá às ameaças internas de cada estado, as

⁶ No original: “Penetration occurs when outside powers make security alignments with states within an RSC.”

⁷ No original: “The key to the distinction is that outside powers, rather than the interests and interactions of the local states, must shape the main security dynamics of the region. Normally this will mean that great powers have substantial military forces based in the region. Overlay is easiest to see when it has been imposed by force, by the invasion and occupation of a region by outside powers.”

quais se materializam, principalmente, nas tensões sociais domésticas, na instabilidade política e nas rivalidades intrarregionais” (BUZAN; WAEVER, 2003; HURREL, 1998 apud SILVA, 2011, p. 128).

Segundo Acuña (2017, p. 107), as ameaças que os países dessa região enfrentam tendem a ser bem parecidas e quase não variam, uma vez que todos apresentam problemas relacionados à segurança pública. Dentre estes problemas, o autor destaca que “crime organizado, narcotráfico, gangues de rua e grupos criminosos são, em geral, os problemas enfrentados pela região em termos de segurança e, longe de serem locais, são de natureza transnacional, formando redes criminosas que atravessam fronteiras nacionais” (ACUÑA, 2017, p. 107, tradução nossa⁸). O autor afirma que esses tipos de ameaça podem ter tido sua origem com o advento do neoliberalismo, que enfraqueceu as estruturas sociais e acabou por excluir e privar os mais pobres da lógica capitalista de consumo – estes acabam buscando nas atividades criminosas uma forma de conseguir aquilo que lhes foi negado pelo sistema (ACUÑA, 2017, p.108-109).

O que tem sido feito pelos Estados nos quais essas ameaças se manifestam é a adoção de políticas de repressão, com pesada presença da força estatal nas periferias. Entretanto, este tipo de política pública tem se mostrado ineficaz, uma vez que este tipo de ameaça está presente nos centros urbanos e sendo combatido há décadas, mas ainda sem perspectiva de melhora do cenário. Utilizando dados do relatório do PNUD de 2013, Acuña (2017) afirma que “as ameaças na América do Sul e na América Latina são variadas em grau de organização e tipo de crime e, portanto, exigem políticas públicas diferenciadas em cada caso, a fim de garantir um sistema de segurança cidadã inclusivo e sustentável” (ACUÑA; 2017, p. 110, tradução nossa⁹).

As ameaças referidas nos parágrafos anteriores possuem uma característica em comum: todas acontecem no contexto urbano. Neste sentido, um dos motivos pelos quais as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia - Exército do Povo (FARC-EP) não se consolidaram enquanto ameaça regional, na prática, é o fato de que o conflito que envolve a organização ocorre principalmente nas zonas rurais, “as 20 principais cidades do país não vivem o conflito, exceto Medellín e Neiva, confirmando que é uma guerra que ocorre no campo, não nas cidades”

⁸ No original: “Crimen organizado, narcotráfico, pandillas callejeras, maras y grupos criminales, son en líneas generales, los problemas que enfrenta la región en materia de seguridad, y lejos de ser locales, son de carácter transnacional, conformando redes delincuenciales que traspasan las fronteras nacionales.”

⁹ No original: “las amenazas en Suramérica y en Latinoamérica son variadas en grado de organización y tipo de delito, y por ende requieren de políticas públicas diferenciadas en cada uno de los casos, con el fin de garantizar un sistema de seguridad ciudadana incluyente y sostenible.”

(ACUÑA, 2017, p.109, tradução nossa¹⁰). O autor se utiliza desse argumento para enfatizar que, para a região, a real ameaça era a forte presença dos Estados Unidos o que justificou a política de afastamento adotada pelos países.

Sobre as características compartilhadas pelos membros do subcomplexo andino, Passos (2012, p. 22-23) cita: (i) a forte influência política dos militares na região, indicando uma propensão maior à ingerência destes em assuntos civis; (ii) a existência de altos níveis de corrupção, bem como de violação de direitos humanos; (iii) a fragilidade das instituições, que faz com que a política seja norteadas pelas relações de clientelismo e personalismo; (iv) o cultivo, processamento e tráfico de drogas; e (v) a presença militar dos Estados Unidos, principalmente na Colômbia e no Equador. Essa interferência externa, em grande parte dos casos, ocorre não pelo meio coercitivo, mas de forma voluntária. Nesse sentido, “a lógica do equilíbrio de poder serve como encorajador para que os rivais locais requisitem o auxílio de uma superpotência estrangeira em suas dinâmicas de segurança” (NOBRE, 2013, p. 6). Desta maneira, os países andinos mantêm uma relação mais próxima com os EUA como um meio de garantir seus interesses financeiros e regionais. Sobre o tema, Passos (2012) acrescenta que

A articulação de conflitos regionais ou locais com o contexto externo relaciona-se, por outro lado, à falta de coesão dos governos em definir as suas prioridades nacionais. Esta pode ser considerada uma [...] característica da Região Andina: a dificuldade de coordenação regional entre os países (PASSOS, 2012, p. 23).

As democracias andinas são pressionadas tanto por sua formação conflituosa como pelo narcotráfico e suas consequências, gerando certa perda de legitimidade. Um exemplo claro é questão da Colômbia e seu combate à guerrilha e ao narcotráfico, que, além de enfraquecer o Estado através da ação de grupos insurgentes como as FARC, enfraquece, também, a relação do país com seus vizinhos já que essa questão das drogas transborda as barreiras fronteiriças. Além disto, o caso do narcotráfico colombiano exemplifica como uma potência exterior – no caso, os EUA – consegue influenciar e, de certa forma, ditar o processo securitizador da região através da implantação do Plano Colômbia¹¹, no fim da década de 1990. Esta relação entre os dois países gera uma interdependência de segurança, estimulada pelos processos de securitização e dessecuritização que giram em torno dessa dinâmica.

Apesar da estratégia de combate ao narcotráfico, através da colaboração entre Colômbia e Estados Unidos, o que foi considerado uma ameaça pelos países da região foi a implementação

¹⁰ No original: “las principales 20 ciudades del país no viven el conflicto, a excepción de Medellín y Neiva, confirmando que es una guerra que tiene lugar en el campo, no en las ciudades.”

¹¹ “O Plano Colômbia é um acordo de cooperação militar entre a Colômbia e os Estados Unidos, que visava a luta antinarcóticos nas áreas de produção por meio de fumigação e fortalecimento militar das forças armadas colombianas” (Vega, 2012 apud ACUÑA, 2017, p. 116).

do Plano Colômbia e não as FARC em si. Segundo Acuña (2017), o objetivo geral das FARC seria a “tomada de poder através da via armada, baseando-se em premissas antiliberais, sem objetivos que ameacem a ordem internacional atual, mas que mudem o *status quo* da região” (ACUÑA, 2017, p. 121, tradução nossa¹²). Além disso, o discurso das FARC se aproximava muito mais dos governos de esquerda da região – com sua abordagem socialista, marxista, bolivariana e antiamericanista – do que o discurso do governo colombiano, que prezava pela abordagem antiterrorista e neoliberal, flertando, assim, diretamente com os interesses estadunidenses – o que é visto com muita desconfiança por parte dos países vizinhos. Com base na teoria dos CRS, Acuña (2017) aponta que

as FARC não se consolidaram como uma ameaça regional porque, dentro da dinâmica do CRS andino, o Plano Colômbia é visto como um caso de *overlay* ou interferência americana nos assuntos sul-americanos. Dessa forma, o Plano Colômbia representou uma ameaça maior para os países da região do que a ameaça que as FARC poderiam ter significado. (ACUÑA, 2017, p. 120, tradução nossa¹³).

Como visto anteriormente, essa interferência aconteceu e, por ter sido intensa, pode ser interpretada como um caso de *overlay* – como classifica Acuña (2017) –, que ocorre quando “os interesses da potência transcendem a mera *penetration* e passam a dominar uma região tão profundamente que o padrão local das relações de segurança deixa de operar” (BUZAN; WAEVER, 2003, p. 61, tradução nossa¹⁴). No longo prazo, isto significaria um aumento da influência das Forças Armadas da potência extrarregional e o alinhamento dos interesses dos Estados da região com sua própria política. Entretanto, Nobre (2013, p. 12) esclarece que o intervencionismo norte-americano “consiste no processo de *penetration*, apesar de, durante os governos Pastrana e Uribe ter representado um risco considerável de tornar-se um *overlay*, pelo menos para o subcomplexo em voga”. Por conta desta intensa interferência, a presença estadunidense acabou sobrepondo a atuação das FARC e suscitando mais uma característica comum entre a maioria dos países da América do Sul: a política de afastamento dos EUA.

¹² No original: “las FARC-EP plantea como objetivo general de su lucha, la toma del poder por la vía armada con base a unas premisas antiliberales, sin objetivos que amenacen el orden internacional vigente, pero que cambian el *status quo* de la región.”

¹³ No original: En resumen, desde la teoría de los CRS, las FARC-EP no se consolidó como amenaza regional, porque dentro de las dinámicas del CRS andino, el Plan Colombia es visto como un caso de *overlay* o de intromisión estadounidense en asuntos suramericanos. De esta manera, el Plan Colombia supuso una amenaza mayor para los países de la región, que la amenaza que pudo llegar a significar las FARC-EP.”

¹⁴ No original: “*Overlay* is when great power interests transcend mere penetration, and come to dominate a region so heavily that the local pattern of security relations virtually ceases to operate.”

2.2 Securitização

Buzan et al. (1998) apontam que um assunto pode ser alocado nos seguintes campos: não politizado, politizado e securitizado. Quando um determinado assunto sai do campo politizado, sendo removido do debate da política comum e estando sujeito à tomada de medidas excepcionais, ele está sendo securitizado. Os autores afirmam que “se, por meio de um argumento sobre a prioridade e a urgência de uma ameaça existencial, o agente securitizador consegue se libertar de procedimentos ou regras que, de outra forma, estaria vinculado, estamos testemunhando um caso de securitização” (BUZAN et al., 1998, p. 25, tradução nossa¹⁵). Por securitização entende-se, portanto, o processo de definição intersubjetiva de uma ameaça com caráter de urgência e força suficiente para surtir efeitos políticos consideráveis através de ações aceitas por uma audiência. Buzan e Waever (2009) colocam em perspectiva que a securitização pode ocorrer por duas vias, no que tange ao processo de formulação de padrões de interdependência de segurança: a positiva, quando um grupo de atores compartilha da mesma concepção de ameaça e de objeto referencial, e a negativa, quando os atores idealizam uns aos outros como ameaças.

Segurança está intrinsecamente relacionada à questão da sobrevivência. A natureza da sobrevivência muda de acordo com o setor no qual o objeto está situado, sendo necessária a identificação da ameaça. Segundo Buzan et al. (1998),

Nossa abordagem de securitização é radicalmente construtivista em relação à segurança, que, em última análise, é uma forma específica de práxis social. As questões de segurança são transformadas em questões de segurança por meio de atos securitizadores [...]. Não tentamos espiar por trás disso para decidir se é realmente uma ameaça (o que reduziria toda a abordagem de securitização a uma teoria de percepções e equívocos). Segurança é uma qualidade que os atores injetam nas questões securitizando-as, o que significa colocá-las na arena política [...] e, então, fazer com que sejam aceitas por um público suficiente para sancionar movimentos defensivos extraordinários” (BUZAN et al., 1998, p. 204, tradução nossa¹⁶).

É importante ressaltar que há diferentes unidades intrínsecas ao processo de securitização de uma possível ameaça. Buzan et al. (1998) nos apresentam os seguintes elementos: a) objetos referentes, que poderiam estar sob ameaça; b) atores securitizadores, encarregados de dar início ao processo através dos atos de fala; c) audiência, que seria o público

¹⁵ No original: “If by means of an argument about the priority and urgency of an existential threat the securitizing actor has managed to break free of procedures or rules he or she would otherwise be bound by, we are witnessing a case of securitization.”

¹⁶ No original: “Our securitization approach is radically constructivist regarding security, which ultimately is a specific form of social praxis. Security issues are made security issues by acts of securitization (cf. Chapter 2). We do not try to peek behind this to decide whether it is really a threat (which would reduce the entire securitization approach to a theory of perceptions and misperceptions). Security is a quality actors inject into issues by securitizing them, which means to stage them on the political arena in the specific way outlined in this book and then to have them accepted by a sufficient audience to sanction extraordinary defensive moves.”

alvo ao qual o discurso estaria destinado; e d) atores funcionais, que participam do processo, exercendo influência, positiva ou negativa, ao fornecerem suas posições com relação à dinâmica criada pelos atores securitizadores. O exemplo dado pelos autores para esta situação é o de uma indústria emissora de poluentes que, apesar de ser um ator central na questão ambiental, não é o objeto referente – que, neste caso, seria o meio ambiente – e, também, não se coloca no papel de ator securitizador, pelo contrário (BUZAN et al., 1998, p. 36). Suas atividades afetam o ecossistema, mas não ela não busca politizar ou securitizar suas ações.

Sobre as duas primeiras unidades, Buzan et al. (1998) afirmam que, de acordo com o viés mais tradicionalista, o objeto referente da segurança é o Estado ou a nação, ao prezar por sua sobrevivência ou focar na questão da identidade, respectivamente. Entretanto, levando em consideração a abordagem mais ampla proposta pela teoria da securitização, os objetos referentes podem assumir diversas formas de acordo com o setor que está sendo analisado. O que faz com que eles assumam essa posição é o fato de que a prática securitizadora é realizada de maneira a garantir sua sobrevivência. Sendo assim, para que um objeto referente seja apontado como tal, é preciso que um ator securitizador realize o ato de fala de segurança. “A princípio, os atores securitizadores podem tentar construir qualquer coisa como um objeto referente.” Isto significa que “na prática, entretanto, as restrições das condições facilitadoras significam que os atores têm muito mais probabilidade de ter sucesso com alguns tipos de objetos referentes do que com outros” (BUZAN, 1998, p.36, tradução nossa¹⁷), assim como alguns atores podem lograr mais êxito do que outros em obter legitimação, de acordo com seu nível de poder e convencimento.

No artigo intitulado *Words, Images, Enemies: Securitization and International Politics*, Williams (2003) afirma que a segurança é tida como resultado de um processo social específico e que a construção social dos assuntos de segurança se dá a partir da análise dos discursos securitizadores – sendo através destes que as ameaças são identificadas. O ponto central defendido pela teoria da securitização seria o de que a segurança deve ser vista como um ato de fala (*speech act*). Waever (1995) afirma que “a segurança não é o interesse como um sinal que se refere a algo mais real; o enunciado em si é o ato” (WAEVER, 1995, p. 6, tradução nossa¹⁸). Por considerar a segurança como um ato de fala, ao elevar uma ameaça a um nível político mais elevado, esta passaria a ser um objeto securitizado o que legitimaria o uso dos meios necessários

¹⁷ No original: “In principle, securitizing actors can attempt to construct anything as a referent object. In practice, however, the constraints of facilitating conditions mean actors are much more likely to be successful with some types of referent objects than with others.”

¹⁸ No original: “security is not of interest as a sign that refers to something more real; the utterance itself is the act.”

para eliminá-la em nome da segurança de um objeto. Para exemplificar este conceito podemos citar o caso da guerra ao terror alavancada pelo governo de George Bush, depois dos atentados de 11 de setembro de 2001, quando os Estados Unidos voltaram seu discurso securitizador para o combate ao terrorismo, justificando, dessa maneira, suas ações. Assim, afirma Williams (2003), “a securitização está localizada no campo da argumentação política e da legitimação discursiva, e as práticas de segurança são, portanto, suscetíveis a críticas e transformações” (WILLIAMS, 2003, p. 512, tradução nossa¹⁹), ou seja, as ameaças a serem securitizadas não se encaixam em um conjunto de critérios comuns; elas são socialmente construídas, detendo assim um caráter intersubjetivo. Sobre esta questão Buzan et al. (1998) apontam que

Na prática, a segurança não é totalmente subjetiva. Existem limites socialmente definidos para o que pode e não pode ser securitizado, embora esses limites possam ser alterados. Isso significa que a análise de segurança está interessada principalmente em instâncias bem-sucedidas de securitização - os casos em que outras pessoas seguem a liderança da securitização, criando uma constituição social intersubjetiva de um objeto referente em uma escala de massa. (BUZAN et al., 1998, p.39, tradução nossa.²⁰)

Apesar do processo de securitização ser aberto a quaisquer atores, na prática, estes não possuem o mesmo nível de aceitação social ao fazer alegações no que diz respeito às ameaças. O resultado favorável do movimento securitizador depende do poder e das capacidades do ator que apresenta a ameaça. Como Williams (2003) afirma, “nem todas as reivindicações são socialmente eficazes, e nem todos os atores estão em posições igualmente poderosas para fazê-las” (WILLIAMS, 2003, p. 514, tradução nossa²¹).

Segundo o Buzan et al. (1998), geralmente, quem desempenha a função de ator securitizador são governos, líderes políticos, burocracias, lobistas, grupos de pressão ou grandes empresas, sendo que estes atores dificilmente agem em nome de si mesmos por conta da dificuldade de legitimação de seus discursos ao se colocarem no papel de objetos referentes à segurança. Seus discursos, na maioria das vezes, são voltados para a defesa da segurança do Estado ou da nação – como visto anteriormente –, mas também de comunidades, civilizações, princípios ou algum outro tipo de sistema (BUZAN et al., 1998, p. 40). É importante ressaltar que, embora sua participação seja importante, a análise não deve ser focada nos atores

¹⁹ No original: “securitization is located with the realm of political argument and discursive legitimation, and security practices are thus susceptible to criticism and transformation.”

²⁰ No original: “In practice, security is not totally subjective. There are socially defined limits to what can and cannot be securitized, although those limits can be changed. This means security analysis is interested mainly in successful instances of securitization—the cases in which other people follow the securitizing lead, creating a social, intersubjective constitution of a referent object on a mass scale.”

²¹ No original: “Not all claims are socially effective, and not all actors are in equally powerful positions to make them”.

securitizadores, mas sim na prática de securitizar. O discurso, os atores e a audiência são co-participantes dentro deste processo (BUZAN et al., 1998).

Levando em consideração as unidades anteriores apresentadas, os autores apontam ainda a relevância do papel da audiência para que uma securitização seja bem-sucedida. É necessário que o discurso seja aceito e legitimado pela audiência, de forma que este sustente a retórica estabelecida pelos atores securitizadores a fim de garantir seu êxito através da adoção de medidas emergenciais. "Um discurso que assume a forma de apresentar algo como uma ameaça existencial a um objeto referente não cria por si mesmo a securitização – isto é um movimento de securitização, mas a questão é securitizada apenas se e quando a audiência o aceitar como tal" (BUZAN et al., 1998, p. 25, tradução nossa²²). Não necessariamente é preciso que uma medida emergencial seja tomada de imediato, mas é necessário que o tema seja debatido e ganhe força suficiente para que as medidas adotadas com o objetivo de lidar com a possível ameaça sejam aceitas e vistas como algo justificável e necessário à sobrevivência. Caso essa aceitação não seja alcançada, o objeto não será propriamente securitizado, haverá apenas o movimento, a tentativa de securitização. Sobre essa questão, Buzan et al. (1998) discorrem:

As tentativas malsucedidas ou parcialmente bem-sucedidas de securitização são interessantes principalmente pelos *insights* que oferecem sobre a estabilidade das atitudes sociais em relação à legitimidade da segurança, o processo pelo qual essas atitudes são mantidas ou alteradas e a possível direção futura da política de segurança. Nesses padrões maiores, a dessecuritização é pelo menos tão interessante quanto a securitização, mas os atos bem-sucedidos de securitização ocupam um lugar central porque constituem o significado específico atualmente válido de segurança (BUZAN et al., 1998, p. 39, tradução nossa²³).

A partir disto, pode-se observar que a securitização é um processo socialmente construído, cujo sucesso depende da legitimação obtida através de dinâmicas de convencimento. Corroborando com o argumento apontado por Buzan et al. (1998), Tanno (2003) afirma que,

O sucesso de uma iniciativa de securitização não depende, todavia, apenas do esforço dos agentes: é preciso que a questão apresentada seja reconhecida socialmente como uma ameaça à segurança. Para tanto, é indispensável que existam significados intersubjetivamente partilhados entre os responsáveis pela formulação e implementação da sua agenda. Pressupõe-se que há limites socialmente definidos para o que pode ou não ser considerada questão de segurança (TANNO, 2003, p. 58)

²² No original: "A discourse that takes the form of presenting something as an existential threat to a referent object does not by itself create securitization—this is a securitizing move, but the issue is securitized only if and when the audience accepts it as such."

²³ No original: "Unsuccessful or partially successful attempts at securitization are interesting primarily for the insights they offer into the stability of social attitudes toward security legitimacy, the process by which those attitudes are maintained or changed, and the possible future direction of security politics. In these larger patterns, desecuritization is at least as interesting as securitization, but the successful acts of securitization take a central place because they constitute the currently valid specific meaning of security."

A securitização trata os temas associados a ameaças como estando acima da política normal, pois estariam diretamente relacionados à sobrevivência do objeto referente. Sendo assim, muitos desses temas demandariam a adoção de medidas de urgência por parte dos agentes, o que Waeber (1995) chamou de política de pânico. Entretanto, é importante ressaltar que, por conta da intersubjetividade da securitização, a dessecuritização também se faz necessária, sendo um ideal a ser alcançado. Segundo Duque (2009),

uma vez que a securitização leva as questões para o âmbito da "política do pânico", a segurança não possui valor intrinsecamente positivo, como veem os tradicionalistas. Muito pelo contrário; segundo Buzan et al. (1998), não só a securitização deve ser evitada na maioria dos casos, como também se deve visar a "dessecuritização" dos temas e a sua discussão no âmbito da política normal. Essa posição consiste, assim, na parte normativa da teoria desenvolvida pela Escola de Copenhague (DUQUE, 2009, p. 480).

2.3 Dessecuritização

Como citado no tópico anterior, além de debater sobre a securitização, a Escola de Copenhague também nos apresenta seu processo inverso: a dessecuritização. “O processo de dessecuritizar consiste na retirada de uma questão do modo emergencial e sua consequente transferência para o âmbito normal de barganha da esfera política” (MOTTA, 2014, p.29). Ao contrário da securitização, o movimento dessecuritizador não segue um processo etapista; não ocorre de forma linear. É preciso mais que um ato emblemático, como o discurso dessecuritizante, para dar início ao movimento. Na dessecuritização é importante observar a construção narrativa como um todo, pois é demandado um processo social mais longo para que algo deixe de ser considerado como uma ameaça e passe a ser debatido no âmbito da política comum. Dessa forma, a dessecuritização demanda, além da identificação dos atores, a análise do contexto. Estudar e entender a securitização e seus desdobramentos, nos leva a considerar a importância de saber quando dessecuritizar é mais efetivo para lidar com certos temas (ROE, 2004).

Estudiosos como Waeber (1995) apontam que nem sempre securitizar é a melhor opção – geralmente, temas relacionados ao meio ambiente, por exemplo, são melhor debatidos ao descer ao patamar de discussão para a “baixa política”, dentro do processo democrático regular. A dessecuritização é preferível não só do ponto de vista da eficácia, mas também por ser mais saudável para a manutenção da paz democrática, ao ofertar outras possibilidades de resolução que não escalonem o conflito por meio do uso da violência. Como abordado por Martinez e Lyra (2014), “as questões saem da esfera militar e passam a requerer ações políticas, principalmente ao conjunto de políticas públicas produzidas pelos Estados [...], elas permitem

e necessitam da participação de instituições e da sociedade civil” (MARTINEZ; LYRA, 2014, p. 678). Buzan et al. (1998), reforçam o pensamento de Waeber (1995) ao afirmar que

Embora a segurança nas relações internacionais possa geralmente ser melhor do que a insegurança (ameaças contra as quais nenhuma contramedida adequada está disponível), um relacionamento seguro ainda contém conflitos sérios – embora aqueles contra os quais algumas contramedidas eficazes tenham sido tomadas. Mesmo esse grau de desejabilidade relativa pode ser questionado: os liberais, por exemplo, argumentam que o excesso de segurança econômica é destrutivo para o funcionamento de uma economia de mercado. A segurança não deve ser considerada facilmente como algo sempre bom. É melhor, como argumenta Waeber, ter como objetivo a dessecuritização: o deslocamento das questões do modo de emergência para os processos normais de negociação da esfera política. (BUZAN et al., 1998, p.4, tradução nossa²⁴).

Apesar de apontar a dessecuritização como um objetivo político a ser alcançado no longo prazo, Buzan et al. (1998) reconhecem que em situações específicas, o uso de medidas emergenciais da securitização funciona melhor, “apenas não se deve acreditar que isso é um reflexo inocente de que a questão é uma ameaça à segurança; é sempre uma escolha política securitizar ou aceitar uma securitização” (BUZAN et al., 1998, p.29, tradução nossa²⁵). Quanto ao debate sobre quando securitizar ou dessecuritizar, Aradau diz:

Tal contestação de securitizar um ato de fala estaria em consonância com políticas democráticas de transparência e escrutínio público. No entanto, quando se leva em conta as medidas extraordinárias e políticas excepcionais em que a securitização está imersa, a dessecuritização só pode ser considerada uma escolha política para restaurar a democracia. A questão da dessecuritização torna-se, portanto, uma questão do tipo de política que queremos. Queremos uma política de medidas excepcionais ou queremos uma política democrática de procedimentos lentos que podem ser contestados? (ARADAU, 2004, p. 393, tradução nossa²⁶).

A Escola de Copenhague – mais especificamente Waeber – descreve três formas sobre como a dessecuritização deve ocorrer: i) não tratar os problemas de segurança como ameaça de imediato; ii) uma vez que o problema foi securitizado, gerenciar para que novos dilemas não sejam gerados, formando um efeito espiral; iii) deslocar os assuntos de segurança de volta

²⁴ No original: “Although security in international relations may generally be better than insecurity (threats against which no adequate countermeasures are available), a secure relationship still contains serious conflicts — albeit ones against which some effective countermeasures have been taken. Even this degree of relative desirability can be questioned: liberals, for example, argue that too much economic security is destructive to the workings of a market economy. Security should not be thought of too easily as always a good thing. It is better, as Wæver argues, to aim for desecuritization: the shifting of issues out of emergency mode and into the normal bargaining processes of the political sphere.”

²⁵ No original: “only one should not believe this is an innocent reflection of the issue *being* a security threat; it is always a political choice to securitize or to accept a securitization.”

²⁶ No original: “Such contestation of securitizing a speech act would be consonant with the democratic politics of transparency and public scrutiny. However, when one takes into account the extraordinary measures and exceptional politics that securitization is steeped in desecuritization can only be regarded as a political choice restoring democracy. The question of desecuritization therefore becomes one about the kind of politics we want. Do we want politics of exceptional measures or do we want democratic politics of slow procedures which can be contested?”

ao âmbito da política comum (WAEVER, 2000, apud ROE, 2004, p. 284). Este terceiro aspecto será melhor observado no decorrer do próximo capítulo do presente trabalho.

Tanto a securitização quanto a dessecuritização são vistas como atos políticos, entretanto a Escola de Copenhague falha ao não definir claramente o conceito de política ou politização – o que pode ser visto como uma fraqueza teórica (ARADAU, 2004). Henriques (2015) reconhece a importância que o ambiente político desempenha no processo de dessecuritização. No caso da Colômbia, em especial, trazer a discussão de volta para o nível político significa que o conflito perde sua dimensão armada e a discussão retorna à esfera democrática, desenrolando-se de maneira pacífica (HENRIQUES, 2015, p. 23). Quando o assunto é securitizado e, portanto, sai do debate político, para ser tratado pela via da emergência, pode ocorrer do problema ser tratado apenas pela via militar, o que intensifica o uso da violência, como veremos mais à frente, no capítulo seguinte, especificamente no tópico que descreve o governo de Álvaro Uribe.

3 A DESSECURITIZAÇÃO DAS FARC: O PROCESSO COLOMBIANO DE CONSTRUÇÃO DA PAZ

Tendo em vista os pensamentos desenvolvidos pela Escola de Copenhague a respeito dos conceitos de securitização e dessecuritização, abordados no capítulo anterior, o presente capítulo tem por objetivo traçar um panorama histórico do conflito e das tentativas de acordo, aplicando tais conceitos ao caso colombiano, enfatizando, especialmente, as diferentes abordagens entre os governos Uribe e Santos para lidar com o conflito.

Apesar da estabilidade das instituições e do Estado em si, a Colômbia sofreu ao longo das décadas com a atuação dos grupos armados e da proliferação do narcotráfico. A violência foi, durante muito tempo, o principal mecanismo utilizado pelos governos para tentar lidar com a questão. O conflito, entretanto, tem raízes muito mais profundas. Por conta da divisão desproporcional de terras, muitos grupos campesinos foram forçados a migrar para as regiões mais marginalizadas do território. Isto fez com que o Estado tivesse pouco ou quase nenhum alcance no que diz respeito ao controle destas áreas periféricas, favorecendo assim, um distanciamento entre o governo e a sociedade (BEZERRA, 2016).

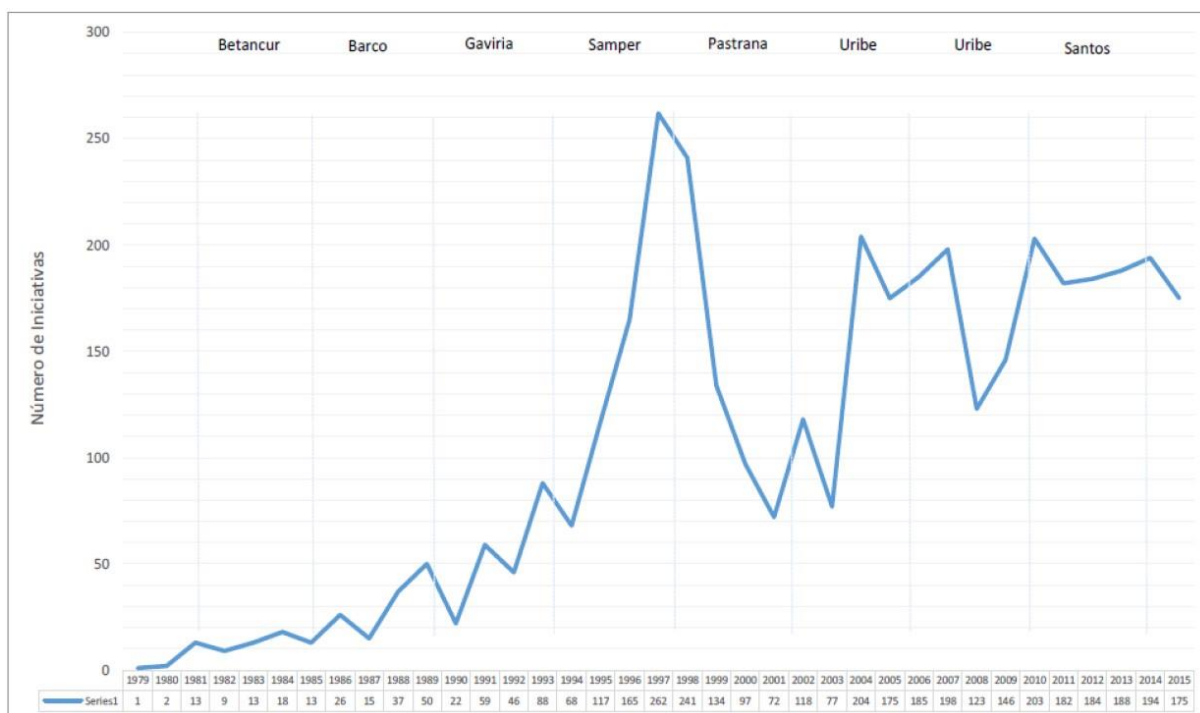
Na esfera política, os conflitos entre os partidos Liberal e Conservador, criados no fim da década de 1940, geraram ainda mais polarização social. Durante cerca de cinquenta anos após a criação desses partidos, as disputas se tornaram intensas a ponto de provocar uma guerra civil. Segundo Dario (2014), foram essas tensões que levaram à eclosão da violência, seguida por uma série de ataques e assassinatos, entre os anos de 1948 e 1958 – período que ficou conhecido com *La Violencia*. Após o fim da guerra civil, com o acordo político firmado entre liberais e conservadores, em 1958, as elites políticas conseguiram articular uma forma de se libertar das pressões populares ao estabelecer um revezamento presidencial entre os dois partidos. Por conta disto, surgiram iniciativas com o intuito de reformular o sistema político da época, já que os outros grupos não tinham um canal aberto para dialogar com os que estavam no poder. Foi então que, a partir da década de 1960, começaram a ser formados grupos guerrilheiros como as FARC (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia) – que na década de 1980 mudou seu nome para FARC-EP (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia - Exército do Povo) –, o EPL (Exército Popular de Libertação) e o ELN (Exército de Libertação Nacional), por exemplo. Segundo Bezerra, “inicialmente era possível identificar em tais grupos o viés político. Entretanto, cada vez mais, graças à associação com o narcotráfico e com a violência praticada tendo como alvo os civis, esses grupos foram perdendo legitimidade no seio da sociedade colombiana” (BEZERRA, 2016, p.16). Devido ao surgimento de tais grupos, as

Forças Armadas colombianas começaram a se mobilizar, com o auxílio dos Estados Unidos, e conduzir as primeiras operações de contra-insurgência.

3.1 As Tentativas de Diálogo

A influência exercida pelos EUA foi fundamental para a securitização da questão do narcotráfico. “A retórica estadunidense previa o combate do narcotráfico antes das substâncias ilícitas chegarem no solo norte-americano, tirando o foco de um problema de saúde pública norteamericano e passando para a ameaça de terrorismo na Colômbia.” (LANGE, 2016, p. 39). Atacar o narcotráfico significava atacar a fonte de financiamento das guerrilhas. Dessa maneira, se tornava mais relevante focar no combate ao narcotráfico e, conseqüentemente, à ação dos grupos guerrilheiros, elevando-os à categoria de ameaça. Apesar disto, ao longo das décadas, ocorreram múltiplas tentativas de diálogo para tentar alcançar a paz (ver gráfico 1). Bezerra e Dario mencionam as tentativas dos governos de Betancur (1982-1986), Barco (1986-1990), Gaviria (1990-1994), Samper (1994-1998) e Pastrana (1998-2002) (DARIO, 2014).

Gráfico 1 – Número de iniciativas pela paz em cada governo



Fonte: CINEP, 2016, p. 20.

Lange (2014) e Bezerra (2016) complementam este pensamento ao dar um maior destaque às tentativas que foram feitas a partir da década de 1980, citando por exemplo, a

iniciativa do governo Betancur de assinar, em 1982, um acordo com as FARC-EP – o acordo funcionou a princípio, porém, dois anos depois, as FARC-EP desrespeitaram o cessar fogo e retomaram seus ataques. No governo Barco houve a tentativa de diálogo com os grupos armados afim de tentar incluir as reivindicações destes na redação de uma nova constituição, que as FARC-EP e o ELN acabaram rejeitando. Já o governo Gaviria foi marcado pela tentativa de organizar a saída negociada do conflito através dos encontros realizados em Caracas e Tlaxcala – essas negociações, entretanto, não surtiram efeito pois as FARC-EP retomaram os sequestros, rompendo, mais uma vez, com o diálogo. Ernesto Samper foi mais um presidente que almejava obter êxito na firmação de um acordo de paz. Em 1995 criou o Conselho Nacional de Paz visando incluir diversos setores da população na construção da paz duradoura. Apesar destes esforços, Lange (2014) observa que houve um aumento significativo da área de influência e do fortalecimento das FARC-EP.

Pastrana, por sua vez, embasou fortemente sua campanha eleitoral na busca de uma saída negociada do conflito através da firmação de um acordo com os guerrilheiros das FARC-EP. Para tal, reuniu-se em uma zona desmilitarizada com o líder da guerrilha, Manuel Marulanda, antes de ser empossado no cargo para discutir uma agenda comum capaz de dar início ao debate que geraria mudanças políticas e sociais. Apesar de ter sido um requisito dos guerrilheiros, a cessão de um território desmilitarizado não foi bem-vista pela população, sendo fortemente criticada pela opinião pública (LANGE, 2014, p. 47). As FARC-EP tomaram controle da zona desmilitarizada e se aproveitaram para intensificar seu crescimento, como pode ser observado no gráfico 2 a seguir.

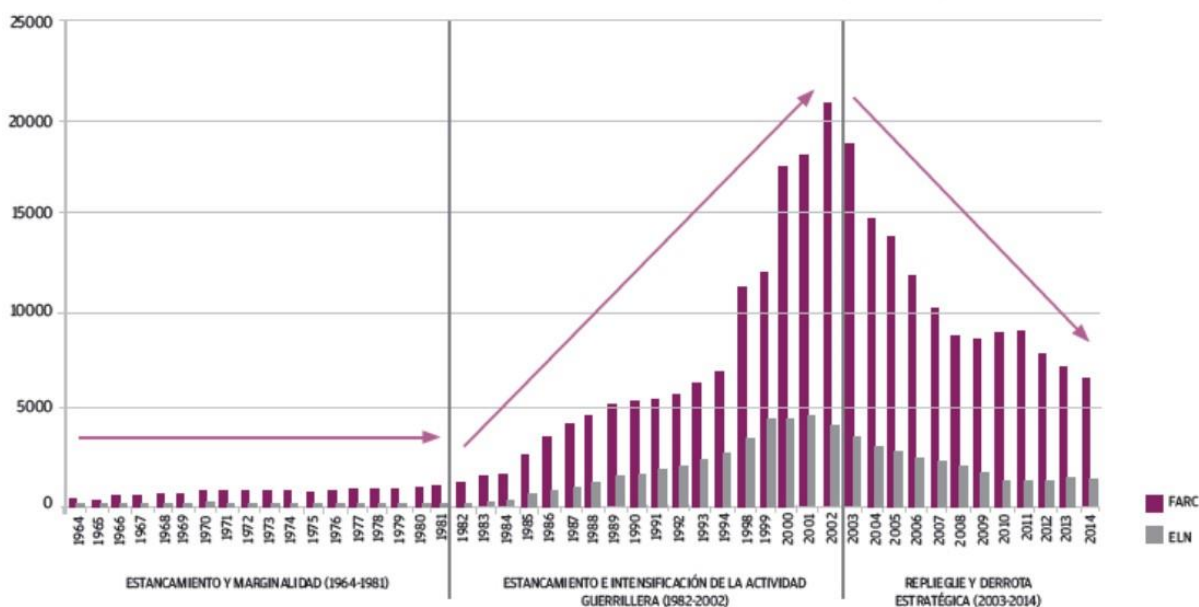
O governo Pastrana contou ainda com o apoio dos Estados Unidos no combate ao narcotráfico. É nesse contexto que os dois países, em 1999, unem seus esforços e formulam o Plano Colômbia com a aprovação de um orçamento de US\$1.3 bilhão de dólares, por parte do congresso americano, a ser destinado à guerra às drogas (VILLA; OSTOS, 2005). O plano tinha os principais pontos estratégicos: “I. o processo de paz; II. a economia colombiana; III. O desenvolvimento social e democrático; IV. A luta contra o tráfico de drogas – chamado no Plano de narcotráfico; V. a reforma do sistema judicial e a proteção dos direitos humanos” (SILVA, 2015, p. 6). Essa iniciativa ajudou a reforçar as Forças Armadas e a Polícia Nacional, que adotaram uma postura mais ofensiva diante dos adversários, tornando difícil a manutenção de um diálogo entre o governo e os guerrilheiros, uma vez que a aprovação do conjunto de medidas abalou a confiança entre as partes. “O Plano Colômbia foi importante para aumentar a capacidade dissuasiva do Estado” porém “mostrou-se inadequado no que diz respeito a prover

uma saída para a questão do cultivo da droga, cuja solução trazia a ilusão de resolver o drama colombiano” (ALVES, 2005, p. 93). Apesar dos esforços, as medidas adotadas pelo governo Pastrana foram tidas como impopulares por não conseguirem negociar a paz de forma efetiva.

Segundo Dario (2014),

a negociação de 1998-2002 com as FARC fracassou porque as partes adotaram estratégias muito parecidas: ambos viram a negociação e o cessar-fogo como uma forma de ganhar tempo e se reorganizar de maneira a retomar a iniciativa em uma posição mais vantajosa. As FARC estavam no auge em termos de poderio militar [ver gráfico 2]. A trégua e a zona desmilitarizada foram utilizadas para reagrupar e intensificar o recrutamento, com vistas a uma transição completa em direção a uma guerra de movimento. Por sua vez, as forças públicas e o governo estavam mal treinados, mal equipados e com a moral baixa. O governo Pastrana precisava da trégua para colocar em ação um ambicioso plano de reestruturação do Exército com o apoio dos Estados Unidos, financiado por recursos do chamado Plano Colômbia (aprovado em 2000) (DARIO, 2014, p. 5).

Gráfico 2 – Evolução do número de integrantes da FARC e do ELN (1964-2014)



Fonte: UNIVERSIDAD EXTERNADO DE COLOMBIA, 2014.

O gráfico 2 distingue o processo de evolução dos grupos guerrilheiros em três momentos. No primeiro, que vai de 1964 a 1981, é possível perceber uma constância no número de integrantes. No segundo período, entre 1982 e 2002, nota-se uma intensificação da atividade com a expansão crescente do número de integrantes, apesar de todas as tentativas de diálogos dos governos correspondentes a este período. De 2003 em diante, a partir do governo Uribe, observa-se um declínio das atividades desses grupos, com a redução de seus membros. Dessa forma, pode-se observar que

De 1982 a 2002, a iniciativa de desenvolver um projeto para a resolução do conflito com os grupos insurgentes constituía uma prioridade para a política pública a nível

nacional. Desde o arrefecimento das tensões da Guerra Fria, o único governo que não teve como parte importante de sua agenda a busca de uma negociação com os grupos armados insurgentes foi o de Uribe (DARIO, 2014, p. 4).

Ainda sobre as tentativas de diálogo realizadas no governo Pastrana, Bezerra (2016) afirma que, apesar do foco e da ascensão das movimentações sociais em prol da paz, o fracasso dessas negociações ocasionou um processo de enfraquecimento e uma redução drástica das mobilizações em torno do tema. O autor justifica essa diminuição ao afirmar que

[...] por um lado a mobilização social depositou sobre a mesa de diálogo as esperanças de paz – se eximindo de seu papel no decorrer do processo –, mas, por outro, o governo também não se preocupou em criar espaços reais para a presença da sociedade, dialogando apenas com os grupos guerrilheiros (BEZERRA, 2016, p. 19).

Por conta destes fracassos recorrentes, a eleição de Uribe, em 2002, e de Santos, em 2010, configuram marcos na história do enfrentamento ao narcotráfico. “Desde o arrefecimento das tensões da Guerra Fria, o único governo que não teve como parte importante de sua agenda a busca de uma negociação com os grupos armados insurgentes foi o de Uribe” (DARIO, 2014, p. 4). O presidente concentrou-se numa abordagem de enfrentamento direto à guerrilha – indo por um caminho de securitização extensiva e mesmo assim não obtendo êxito ao tentar dismantelar as FARC-EP e o narcotráfico –, enquanto Santos optou por lidar com a situação focando no diálogo como caminho para alcançar a paz e a saída do conflito, através de uma estratégia dessecuritizadora. As diferentes abordagens destes governos – o de Uribe e o de Santos – serão melhor retratadas nas seções a seguir.

3.1.1 Governo de Álvaro Uribe Veléz (2002-2010)

Após o fracasso das medidas adotadas pelo governo Pastrana, a população encontrava-se em estado de descrença quanto a alcançar a paz e resolver o conflito através do diálogo. Sob essas circunstâncias elege-se à presidência, em 2002, Álvaro Uribe com a premissa de combater o narcotráfico e as guerrilhas mais duramente e reunificar um país politicamente fragmentado. O presidente tinha uma visão negacionista quanto a existência de conflito interno, e tratava os grupos armados ilegais como terroristas. Uribe reforçou o discurso estadunidense de guerra às drogas – alinhando-se politicamente ainda mais ao governo norte-americano –, ao dar continuidade ao Plano Colômbia, apoiando-o até seu fim, em 2005 (RODRIGUES, 2012; KOERICH, 2015). Durante seu governo, “tentou securitizar a agenda de segurança, considerando o conflito armado como uma expressão da luta contra o terrorismo e o

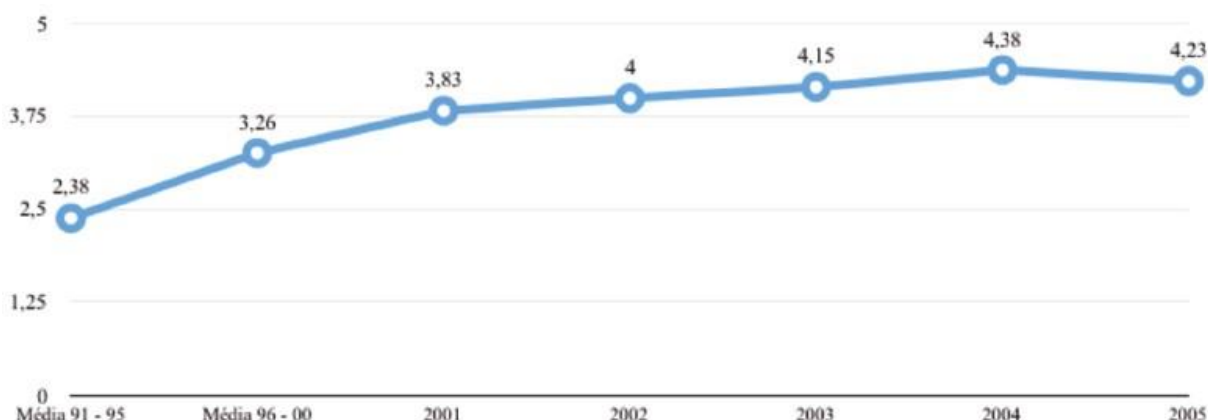
narcotráfico pela via militar” (MANZANO, 2017, p. 35, tradução nossa²⁷). Dessa forma, o governo conseguiu modificar a percepção do conflito interno ao securitizar as FARC-EP enquanto ameaça, sendo que a resolução pela via política foi descartada e o governo se comprometeu a conseguir a vitória baseando-se no poderio militar. A respeito disso Dario (2014) declara:

Após vinte anos de tentativas frustradas de negociação com as guerrilhas, são fechadas as portas para o diálogo, e esses grupos armados passam a ser enquadrados como antiterroristas. Por outro lado, o governo deu início a um processo de negociação com grupos paramilitares, que incluía sua desmobilização e um conjunto de penas alternativas para viabilizar sua reintegração à sociedade. (DARIO, 2014, p. 4).

Dentre as principais medidas adotadas além do Plano Colômbia, Uribe implantou o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), com duração até 2006 e o Plano de Consolidação da Segurança Democrática (PCSD). O PND de Uribe focava no fortalecimento da segurança democrática. Dentre os principais objetivos destacavam-se: a retomada do controle do território, desenvolvendo as áreas afetadas pelo conflito; o combate às drogas; e, o incentivo aos direitos humanos (KOERICH, 2015, p. 40). Já o PCSD, foi um plano voltado para a área da defesa que visava fortalecer a autoridade do Estado no território nacional em sua totalidade. Além disso, foi através do PCSD que o governo Uribe apontou enquanto ameaças o terrorismo dos grupos armados e o narcotráfico, enfatizando assim o discurso defendido pelos Estados Unidos. Por conta da violência exacerbada dos ataques das guerrilhas e a insatisfação com as tentativas de resolução pacífica do conflito, a audiência – neste caso, a população – aceitou e respaldou a tomada de medidas emergenciais por parte do governo – agente securitizador –, configurando o processo de securitização. Dentre as principais medidas estavam o “fortalecimento da força pública, de cooperação cidadã, de desarticulação do processo do tráfico de drogas, de programas de desenvolvimento e paz, de prevenção à violação dos DH [direitos humanos] e DIH [direito internacional humanitário]” (KOERICH, 2015, p. 42), além do aumento dos gastos com segurança e defesa, como mostra o gráfico 3.

²⁷ No original: “[durante el gobierno de Álvaro Uribe (2002-2010), Colombia] intentó securitizar la agenda de seguridad, considerando el conflicto armado como una expresión de la lucha contra el terrorismo y el narcotráfico por la vía militar”.

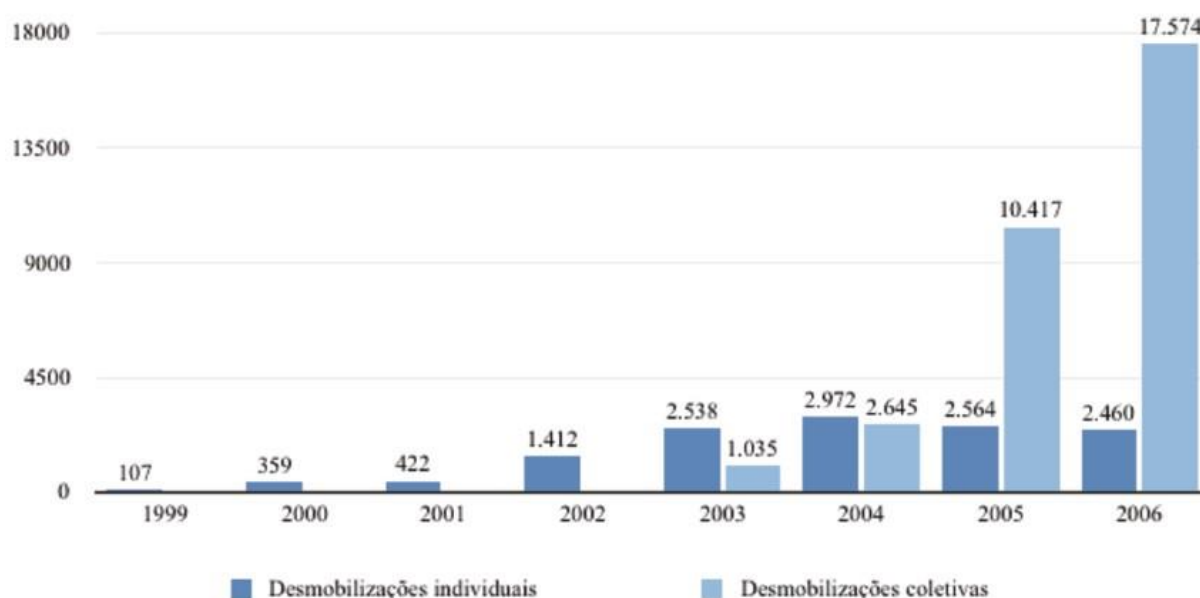
Gráfico 3 – Gastos com segurança e defesa como porcentagem do PIB colombiano (1991-2005)



Fonte: LANGE, 2016, p. 58.

Como consequência dessa série de medidas, o exército colombiano acumulou vitórias sobre as guerrilhas e o governo Uribe conseguiu desmobilizar consideravelmente o número de combatentes (ver gráfico 4) – promovendo uma maior sensação de segurança entre a população. “Todos esses duros golpes empregados contra a guerrilha levaram à redução de integrantes das FARC, à desmobilização massiva de guerrilheiros, à morte de seus líderes (Manuel Marulanda Vélez, Raúl Reyes e Ivan Rios)” (LANGE, 2016, p. 59). Por conta disto, Álvaro Uribe teve sua popularidade elevada, alcançando a reeleição em 2006. Dessa forma, o presidente conseguiu dar continuidade à sua política de enfrentamento pela via militar.

Gráfico 4 – Desmobilizações individuais e coletivas dos grupos armados ilegais colombianos (1999 – 2006)



Sob a ótica dos conceitos trazidos pela teoria da securitização da Escola de Copenhague, podemos, então, definir quem são as unidades do processo securitizador. Primeiramente, temos a segurança nacional enquanto objeto referente a sofrer a ameaça; depois, podemos identificar o Estado, sob a figura do presidente Uribe, como o agente securitizador que se utiliza dos mecanismos do PCSD, PND e do Plano Colômbia para colocar em prática as medidas emergenciais para tratar da ameaça do narcotráfico e do terrorismo; e, por fim, identificamos a população colombiana como a audiência que ofereceu suporte e aceitou que as medidas fossem postas em prática (KOERICH, 2015, p. 49-50).

De acordo com Rodrigues (2012), “em termos do conflito civil com as guerrilhas, é possível notar que o enfoque repressivo dos planos Colômbia e Patriota [seu sucessor] foi efetivo para abalar as posições das FARC e do ELN; no entanto, o tráfico de drogas seguiu forte e atuante, mantendo o padrão proveniente dos anos 1990” (RODRIGUES, 2012, s.p.). Segundo Koerich (2015),

De acordo com os dados do Ministério de Defesa colombiano, as Forças Militares e a Polícia Nacional se fortaleceram, como um reflexo da securitização, aumentando seus efetivos e armamentos, capacidade de mobilidade, e melhoria nos serviços de inteligência, estratégia, inovação e adaptação. Tanto a Força Militar quanto a Polícia Nacional aumentaram o número de efetivos entre 2002 e junho de 2010. (KOERICH, 2015, p. 51).

Apesar de todo o investimento no setor militar afim de fortalecer a figura do Estado, a questão do narcotráfico ainda seguiu inalterada. Segundo Koerich (2015) “percebe-se que o fortalecimento militar foi uma forte estratégia. Contudo, o governo de Uribe foi centro de escândalos, abuso de poder e corrupção. [...] De forma geral, são percebidos ganhos em questão de segurança, na redução da violência, mas não tanto no combate às drogas” (KOERICH, 2015, p. 57). Não obstante, o apoio da população foi suficiente para que Juan Manuel Santos – ex-ministro da Defesa de Uribe – fosse eleito em 2010.

3.1.2 Governo de Juan Manuel Santos (2010-2018)

Por ter sido ministro e apoiador do governo Uribe, a eleição de Juan Manuel Santos significou a expressão da aprovação popular às medidas tomadas pelo governo de seu antecessor e a expectativa de continuidade de tais ações. Entretanto, as propostas elaboradas por Santos marcaram um ponto de inflexão na política colombiana e uma mudança de postura na maneira de lidar com as ameaças e os obstáculos à paz. O foco do projeto de governo de

Santos, além de acabar com violência interna, era voltado para o progresso e na prosperidade nacional, melhorando a imagem internacional do país afim de atrair investimentos. Diferentemente de Uribe, o presidente afirmou em seu discurso de posse que estaria aberto ao diálogo ou a qualquer negociação capaz de pôr um fim à violência, sob a exigência de que os guerrilheiros cessassem com os ataques, os sequestros, o narcotráfico e outras formas de violência. Nas palavras do presidente:

Ao mesmo tempo, quero reiterar o que disse no passado: a porta do diálogo não está trancada. Aspiro, durante meu governo, plantar as bases para uma verdadeira reconciliação entre os colombianos. De um verdadeiro desarmamento dos espíritos, construído sobre alicerces duradouros que não alimentam falsas esperanças, que não permitem mais enganos e que não conduzem a novas frustrações num país que, do fundo da sua alma sangrenta, o que mais deseja é a paz. Temos que absorver a lição do passado e aprender com os erros cometidos nesta luta para superar um confronto que nos separa há muito tempo. É verdade que quem não aprende com a história está condenado a repeti-la. Mas o povo colombiano assimilou o seu completamente. E é por isso que expressa, a cada dia e sob todas as formas, sua rejeição aos que persistem na violência sem sentido e fratricida. Aos grupos armados ilegais que invocam motivos políticos e hoje falam novamente em diálogo e negociação, digo que meu governo estará aberto a qualquer conversa que busque a erradicação da violência e a construção de uma sociedade mais próspera, equitativa e justa. Claro - insisto - em premissas inalteráveis: renúncia às armas, sequestro, tráfico de drogas, extorsão, intimidação. Não é a exigência caprichosa de um governante atual. É o grito de uma Nação! (SANTOS, 2010, s.p., tradução nossa²⁸).

Apesar de estarem enfraquecidas por conta das ações do governo Uribe, as FARC continuaram realizando ataques e obtendo recursos advindos do narcotráfico. Outro resultado das políticas adotadas pelo governo anterior foi o surgimento de Bandas Criminais Emergentes (BACRIM), formadas por ex-membros dos grupos paramilitares desmobilizados que não foram reinseridos na sociedade. Koerich (2015) aponta que essa falta de políticas de reinserção também foi uma das falhas do governo Santos. Sobre o assunto ele diz:

Em setembro de 2010, as FARC e o ELN realizaram ataques que resultaram na morte de soldados e policiais, causando temor de que sem Uribe na presidência, a segurança diminuiria. Entretanto, o contra-ataque do governo causou a morte de um importante chefe militar das FARC, Victor Julio Suárez (Mono Jojoy), demonstrando que Santos

²⁸ No original: “Al mismo tiempo quiero reiterar lo que he dicho en el pasado: La puerta del diálogo no está cerrada con llave. Yo aspiro, durante mi gobierno, a sembrar las bases de una verdadera reconciliación entre los colombianos. De un desarme real de los espíritus, construido sobre cimientos perdurables que no alimenten falsas esperanzas, que no permitan más engaños y que no conduzcan a nuevas frustraciones en un país que, desde lo más profundo de su alma ensangrentada, lo que más desea es la paz. Tenemos que asimilar la lección del pasado y aprender de los errores cometidos en esta brega por superar una confrontación que hace demasiado tiempo nos desgarrar. Es cierto que quienes no aprenden de la historia están condenados a repetirla. Pero el pueblo colombiano ha asimilado muy a fondo la suya. Y por eso expresa, todos los días y en todas las formas, su rechazo a quienes persisten en una violencia insensata y fratricida. A los grupos armados ilegales que invocan razones políticas y hoy hablan otra vez de diálogo y negociación, les digo que mi gobierno estará abierto a cualquier conversación que busque la erradicación de la violencia, y la construcción de una sociedad más próspera, equitativa y justa. Eso sí –insisto– sobre premisas inalterables: la renuncia a las armas, al secuestro, al narcotráfico, a la extorsión, a la intimidación. No es la exigencia caprichosa de un gobernante de turno. ¡Es el clamor de una Nación!”.

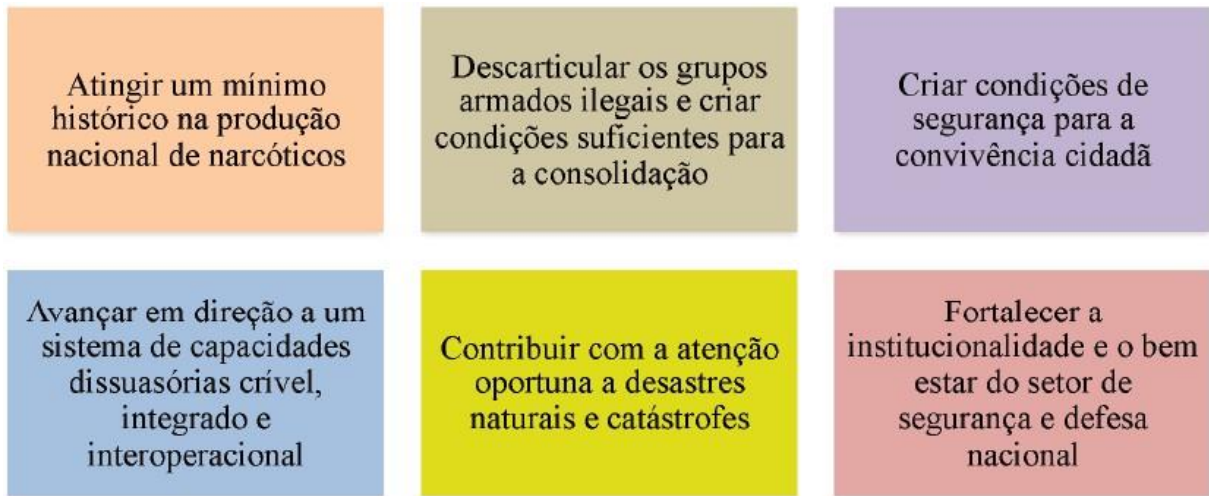
possuía a capacidade para lidar com os problemas de segurança. [...] Contudo, percebe-se no governo Santos que falta de medidas políticas para a reinserção dos membros na sociedade, causando como consequência o surgimento das Bandas Criminais, não tão envolvidas com política como eram os paramilitares, e sim diretamente com o narcotráfico. (KOERICH, 2015, p. 63).

O avanço do governo sobre o território nacional alcançado pelo governo Uribe proporcionou a Santos um contexto favorável à criação da Política Integral de Segurança e Defesa para a Prosperidade (PISDP) – programa que visava determinar as bases de atuação das Forças Armadas e da Polícia Nacional. O PISDP foi além do PCSD ao se preocupar com a segurança cidadã das áreas retomadas. Para essa nova política, o conflito gera uma barreira ao desenvolvimento, dificultando ainda mais a modernização do setor rural – peça chave para a consolidação do acordo de paz. O governo Santos entendeu a importância de atacar a raiz do problema. “Assim, portanto, observa-se na PISDP uma linguagem não tão militarizada. [...] A PISDP possui objetivos mais brandos [ver figura 1] que visam a prosperidade e o desenvolvimento econômico colombianos, e dá ênfase à segurança e convivência dos cidadãos” (LANGE, 2016, p. 66). A criação dessa política pode ser observada sob a ótica do pensamento defendido por Acuña (2017), no capítulo anterior, ao salientar a importância da criação de políticas específicas para a lidar com as ameaças de cada caso. Outra diferença entre as duas gestões – resultado da mudança no discurso – foi que o governo colombiano agora não estava automaticamente alinhado aos interesses estadunidenses, havendo uma maior diversificação das relações exteriores. Segundo Manzano (2017) a maior diferença entre os dois governos é que

o governo Uribe desconhece a existência do conflito armado na Colômbia, reconfigurando a ameaça das FARC-EP e negando sua condição de beligerante, enquanto o governo de Santos reconhece sua existência, abrindo a janela para acabar com o conflito por meios políticos. (MANZANO, 2017, p. 40, tradução nossa²⁹).

²⁹ No original: “He aquí la diferencia más notoria: el gobierno de Uribe desconoce la existencia del conflicto armado en Colombia, reconfigurando la amenaza de las FARC-EP y negando su condición beligerante, mientras que el gobierno de Santos reconoce la existencia del mismo, planteando así la ventana de oportunidad para la terminación del conflicto por la vía política.”

Figura 1 – Objetivos da PISDP



Fonte: LANGE, 2016, p. 67.

Colocando em prática o que havia sido proposto em seu discurso, Santos deu início, em 2011, à fase exploratória do diálogo para definir a agenda de negociação com as FARC. Essa etapa foi mantida em sigilo até 2012, quando o governo informou que estava de fato dialogando com o grupo para firmar um possível acordo, na tentativa de estabelecer uma paz duradoura. Esse processo ocorre de maneira simultânea à dessecuritização do conflito, ampliando a agenda de segurança e revertendo o processo de securitização implementado no governo anterior (MANZANO, 2017). Nesse sentido, o desenvolvimento da política em torno da ideia de construção da paz foi de suma importância para pensar de antemão o cenário de pós-conflito no qual as FARC são consideradas como um ator político e deixam de ser qualificadas como uma ameaça. Ainda segundo Manzano (2017),

Esta etapa é importante no processo de dessecuritização, uma vez que as FARC-EP deixaram de ser consideradas uma organização terrorista para aceitá-las como outra parte do conflito armado e buscar uma solução negociada que promova o fim de sua condição de beligerante para um status político, modificando assim a construção social da ameaça e superando a percepção de amigo / inimigo, remanescente das doutrinas de segurança nacional da Guerra Fria. (MANZANO, 2017, p. 41, tradução nossa³⁰).

A assinatura de um acordo entre as partes seria considerada, portanto, uma alternativa melhor, ao buscar resolver o conflito através da via política e não da militar – que se mostrou ineficaz ao longo das décadas. A dessecuritização ocorreu não apenas a partir da assinatura do

³⁰ No original: “Este paso es importante en el proceso de desecuritización, puesto que las FARC-EP han dejado de ser consideradas como una organización terrorista para aceptarlas como una parte más del conflicto armado y buscar una salida negociada que promueva el fin de su estatus beligerante hacia un estatus político, modificando así la construcción social de la amenaza y superando la percepción de amigo/enemigo, que recuerda a las doctrinas de seguridad nacional de la Guerra Fria.”

acordo, mas veio se desenvolvendo durante um longo período de tempo, com as tentativas de acordo realizadas pelos governos anteriores. O governo Santos foi uma etapa importante dentro desse processo, uma vez que levou em consideração todo o contexto e a narrativa desenvolvida historicamente, e decidiu por incluir as FARC no debate – ressignificando o grupo enquanto ator político e não mais uma ameaça.

Outro ponto importante no processo de dessecuritização é a aceitação da audiência. Ao contrário dos governos anteriores, Santos inovou ao incluir a sociedade no debate com o intuito de abrir um caminho sólido para a construção da paz (BEZERRA, 2016). Este foi um dos aspectos mais importantes para que o atual acordo pudesse ser firmado de maneira que ambas as partes pudessem fazer comprometimentos e concessões reais. Neste sentido, a aderência do público se mostra presente ao levar em consideração a participação da sociedade colombiana no processo através da realização de um plebiscito. A princípio, o governo propôs a realização de um referendo, já as FARC sugeriram convocar uma Assembleia Constituinte. Por fim, o governo apresentou um projeto de lei a fim de estabelecer o plebiscito. Nesse projeto, seria necessária a aprovação de 13% da população apta a votar para que o acordo passasse para a fase final de implantação (VARGAS, 2016 apud LANGE, 2016). A respeito do assunto, Henriques (2015) aponta que

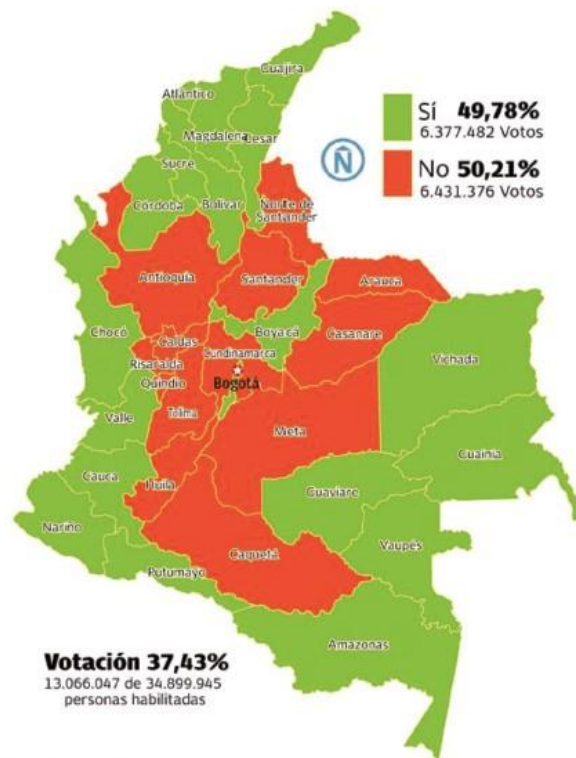
A construção de uma paz duradoura, sustentável e positiva implica um processo mais longo, que requer a participação de muitos atores da sociedade, para além do Estado e dos atores armados. Construir a paz num país é um processo complexo, longo e multidimensional. Implica frequentemente reformas estruturais no sistema político, institucional e socioeconómico, mas passa igualmente por todos os sectores da população. (HENRIQUES, 2015, p.32).

O resultado negativo da consulta popular (ver figura 2) teve forte influência da questão de transformação das FARC em partido político – que não era bem-vista por boa parte população – e da concessão de anistia aos combatentes e causou um impacto importante nas negociações, sendo necessário que ocorressem novas rodadas de discussão, afim de redefinir o cenário. Com relação a medidas tomadas após o resultado do plebiscito, Manzano afirma (2017) que

foi necessário estabelecer um diálogo nacional de forma a incluir setores de nível superior (líderes religiosos, políticos da oposição, etc.) e que deram origem ao acordo final de paz, sendo este produto da expressão e da inclusão de novos interesses no documento simultaneamente ao processo de dessecuritização. (MANZANO, 2017, p. 43, tradução nossa³¹).

³¹ No original: “Luego de los resultados del plebiscito fue necesario establecer un diálogo nacional con el fin de incluir a sectores del nivel superior (líderes religiosos, políticos de oposición, etc.) y que originó el acuerdo final de paz, siendo este producto de la expresión y la inclusión de nuevos intereses al documento de manera simultánea al proceso de desecuritización.”

Figura 2 – Resultado do plebiscito colombiano de 2 de outubro de 2016.



Fonte: EL PAÍS apud LANGE, 2016, p. 87.

O acordo contou ainda com a participação de mediadores. Cuba e Noruega assumiram os papéis de facilitadores das negociações entre o governo e as FARC – esse foi outro diferencial da iniciativa de Santos, a participação de atores externos internacionais favoreceu o diálogo, gerando confiança entre as partes. As negociações giraram em torno de cinco pontos principais: a) o fim do conflito; b) reforma agrária; c) uma possível solução para o problema das drogas; d) participação política; e e) a questão relacionada às vítimas (DARIO, 2014, p. 10). Dessa vez governo não permitiu a criação de uma zona desmilitarizada ou um cessar fogo e as partes acordaram em organizar o acordo conforme a lógica de *single undertaking*³². Depois de algumas rodadas de negociação ao longo dos anos, as negociações foram finalizadas e o Acordo Geral foi assinado em 26 de setembro de 2016, em Cartagena, na Colômbia.

Como abordado no capítulo anterior, Buzan et al. (1998) destacam a importância da securitização, mas afirmam que, ao longo prazo, a dessecuritização deve ser tida como um ideal a ser alcançado. Nesse sentido, é possível observar que o diálogo estabelecido entre o governo

³² Segundo essa modalidade de negociação, o acordo só seria formalmente assinado depois que as partes chegassem a um consenso com relação a todos os tópicos debatidos. Antes disso, nenhuma das questões acordadas teriam efeito até que o acordo inteiro fosse aprovado (DÁRIO, 2014).

Santos e as FARC pode ser visto enquanto uma etapa do processo de dessecuritização do grupo. Além disso, a inclusão de outros atores dentro do processo, como a participação atores internacionais e da audiência através de consultas populares, também é característica do processo de dessecuritização. Do ponto de vista da busca pelo fim do conflito e manutenção da paz duradoura, essa abordagem foi a que mais se mostrou promissora chegando a níveis de diálogo jamais vistos antes. A exemplo podemos citar a inclusão das FARC no debate democrático – tirando o grupo da condição de ameaça e elevando-o à condição de ator político legítimo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste trabalho, pôde-se notar como, em diferentes períodos, o conflito colombiano pode ser examinado de acordo com os aspectos teóricos da securitização e da dessecuritização, desenvolvidas pela Escola de Copenhague. Sua abordagem mais dinâmica e ampla foi capaz de analisar com maior precisão os dilemas e as ameaças que surgiram no pós-Guerra Fria. O subcomplexo norte-andino, por exemplo, precisou lidar com a questão do narcotráfico – fator agregador dos países que o compõem. Acuña (2017) apontou algumas características que esses países têm em comum e que podem justificar o aumento da violência e da adesão de membros da população a grupos criminosos como: desigualdade social e a ausência (ou pouca presença) do Estado nas regiões periféricas. Passos (2012) colabora com essa análise ao incluir questões como corrupção, clientelismo e violação dos direitos humanos. O que tem sido feito para lidar com essas questões – e não tem se mostrado eficaz – é a adoção de políticas de repressão em diversos graus. Esse tipo raso de política pública não funciona pois foca no uso da violência e não atinge a raiz do problema. O caso colombiano é exemplo disso. Durante muitas décadas inúmeras tentativas de acordo foram feitas, mas nenhuma se mostrou forte o suficiente para ser firmada com sucesso até a mudança de abordagem realizada pelo governo Santos.

A partir da década de 1990, o discurso securitizador norte-americano ficou em evidência e alterou a conjuntura da região a partir da implementação do Plano Colômbia. Com o desgaste da sociedade diante as tentativas fracassadas de paz, o discurso de combate pela via militar de Uribe recebeu amplo apoio popular. Com esse foco, as Forças Armadas colombianas receberam maior investimento e puderam abrir vantagem sobre os inimigos guerrilheiros, fechando assim as portas ao diálogo. As guerrilhas, em especial as FARC foram combatidas de maneira incisiva e a política de guerra às drogas elevou o combate a um novo patamar. Essa postura exemplifica o uso de medidas emergenciais inerentes ao processo de securitização. O presidente utilizou-se de mecanismos como o PCSD e o PND para consolidar o processo de securitização e tomar as devidas medidas emergenciais para tratar das ameaças do narcotráfico e do terrorismo. Essas medidas se mostraram ineficazes pois, apesar de reduzir o contingente dos grupos armados e serem aceitas pela audiência, a questão do tráfico de drogas persistiu enquanto problema, uma vez que o governo insistiu na retomada dos territórios perdidos para a guerrilha, mas não moveu esforços no sentido de modificar a realidade das populações que habitavam esses territórios. Dessa forma podemos observar um exemplo simples do pensamento de Buzan et al. (1998)

quando os autores afirmam que, mesmo sendo eficaz em muitas situações, nem sempre a securitização é o melhor caminho.

Santos se lançou à presidência com o discurso seguindo a mesma linha de seu antecessor, mirando no combate extensivo ao narcotráfico. Em seu discurso de posse, porém, o presidente deixou claro que estaria disposto a manter um canal de discussão aberto, dando início ao processo de negociação com as FARC – negociação esta que foi desenvolvida ao longo dos anos, contando com a participação da população e de atores internacionais. O principal instrumento discursivo utilizado pelo presidente foi a Política Integral de Segurança e Defesa para a Prosperidade (PISDP). Seu projeto de governo não se preocupou somente com a retomada do território; Santos reconheceu que somente a retomada não seria suficiente, era preciso fazer com que o Estado alcançasse as regiões periféricas e gerasse mudança no cotidiano rural – principal cenário da luta armada – pois, como visto anteriormente, sem essa preocupação todos os esforços para alcançar a paz e mantê-la seriam efêmeros e insustentáveis.

Uma outra preocupação de Santos, que condiz com o processo de dessecuritização, foi remover as FARC da condição de ameaça e trazer o grupo para o debate político enquanto ator chave para a construção da paz, na tentativa de transladar a luta armada para o campo da democracia. Ou seja, rebaixar a discussão do campo securitizado para o politizado; o conflito não deixa de existir, a divergência entre as partes permanece, porém é fornecido um ambiente mais estável para a negociação. Santos reconheceu a intenção política do grupo, negociando com o mesmo, ao contrário da postura adotada por Uribe, que apenas o combatia militarmente. Foi por conta da estratégia dessecuritizadora que Santos conseguiu finalmente assinar o Acordo Geral com as FARC.

Com base no que foi apontado pela Escola de Copenhague, a dessecuritização é uma iniciativa mais desejável que a securitização por, de acordo com Waeber (1995), ser mais saudável para a manutenção da paz democrática, ao ofertar possibilidades de resolução do conflito que não o escalonem por meio do uso da violência. Nesse sentido, podemos transladar esse argumento para o caso colombiano ao perceber as vantagens advindas dessa abordagem como: a redução do contingente das FARC; a diminuição dos atos terroristas; um aumento da presença do Estado nas regiões periféricas; a retomada dos territórios antes ocupados pelas FARC; bem como o comprometimento do grupo em romper vínculos com negócios ilícitos após a assinatura do acordo.

Como pontuado ao longo do presente trabalho, e verificado na disposição dos fatos aqui abordados, pode-se concluir que a estratégia securitizadora não foi a melhor opção para lidar

com o problema do narcotráfico colombiano, uma vez que as diversas tentativas de diálogo, ao longo das décadas, entre os governos e as FARC não progrediram de maneira satisfatória. A mudança no cenário só foi percebida a partir da iniciativa do governo Santos de modificar a narrativa e focar sua abordagem na dessecuritização as FARC, trazendo-as para o debate democrático.

Apesar de focar na análise dos governos Uribe e Santos, é possível observar que o processo de dessecuritização das FARC começa bem antes, com as tentativas de acordo realizadas pelos governos anteriores, destacando a característica de longa duração do processo. O governo Santos se destacou por entender as lições deixadas pelos governos anteriores e buscar outras formas de diálogo. Construir uma paz duradoura exige uma preocupação com a reestruturação de setores da sociedade e da economia. Além disso, assim como a dessecuritização, ela é um processo complexo que demanda um espaço maior de tempo e requer a participação de um número maior de atores. A assinatura do acordo de paz não significa que as divergências deixaram de existir, uma parte do conflito foi encerrada e a violência teoricamente superada, entretanto, os debates sobre a construção da paz continuam. Nesse sentido, dessecuritizar e trazer o debate de volta à via política se mostrou como a melhor estratégia para lidar com problema colombiano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACUÑA, Diego H. Las FARC-EP en Suramérica: una aproximación desde la teoría de los Complejos de Seguridad Regional. **Revista Internacional de Cooperación & Desarrollo**, vol. 4, n. 1, p. 104-125, 2017.

ALVES, Marcos Celso. **Um Mandato para a Paz: o ocaso da negociação entre o governo de Andrés Pastrana e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (1998-2002)**. 2005. 145 f. Dissertação - Curso de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2005.

BEZERRA, Catarina Rose. **Os movimentos pela paz na colômbia e o processo de paz do governo santos (2010-2014): construindo uma paz duradoura?** Florianópolis, 2016.

BUZAN, Barry. **People, States and Fear**. The national security problem in international relations. Wheatsheaf Books LTD, 1983.

BUZAN, Barry; HANSEN, Lene. **A evolução dos estudos de segurança internacional**. São Paulo: Ed. UNESP, 2012.

BUZAN, Barry; WAEVER, Ole. **Macrosecuritisation and security constellations: reconsidering scale in securitisation theory**. Review of International Studies, [s.l.], v. 35, n. 02, p.253-276, abr. 2009. Cambridge University Press (CUP).

BUZAN, Barry; WAEVER, Ole. **Regions and Powers: the structure of international security**. Cambridge/New York: Cambridge University Press, 2003.

BUZAN, Barry; WAEVER, Ole; WILDE, Jaap de. **Security: A New Framework for Analysis**. Londres: Lynne Rienner Publishers, 1998.

CINEP/PROGRAMA POR LA PAZ. **Movilización por la Paz en Colombia: una infraestructura social clave para el posacuerdo**. Bogotá: Tsv Comunicación Gráfica S.A.s, 2016.

CORDEIRO, Caroline. Plano Colômbia: securitização do narcotráfico pelos Estados Unidos da América. **Conjuntura Global**, [s.l.], v. 4, n. 2, p.124-132, 20 set. 2015. Universidade Federal do Parana. <http://dx.doi.org/10.5380/cg.v4i2.43167>.

DARIO, Diogo Monteiro. Negociações de paz entre as FARC e o governo Santos na Colômbia. **Brics Policy Center**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 1-11, fev. 2014.

DUQUE, Marina Guedes. O papel de síntese da escola de Copenhague nos estudos de segurança internacional. **Contexto Internacional**, vol.31, n.3, set/dez, pp.459-591, 2009.

EV, Leonardo da Silveira; GOMES, Aline Burni Pereira. Entre a especificidade e a teorização: a metodologia do estudo de caso. **Teoria e Sociedade**, [s.l.], n. 22, p.75-103, jul. 2014.

GRAY, Daniel E.. **Pesquisa no mundo real**. 2. ed. Porto Alegre: Penso, 2012.

HERZ, Monica. **Política de segurança dos EUA no pós-Guerra Fria**. Estudos Avançados, vol. 16, n.46, p.85-104, 2002.

HENRIQUES, Miguel Barreto. Os desafios e dilemas da construção da paz na Colômbia: potenciais aprendizagens a partir de várias experiências internacionais. Tempo Exterior, Bogotá, v. 15, n. 30, p. 19-34, jan. 2015.

HERZ, Monica. **Política de segurança dos EUA no pós-Guerra Fria**. Estudos Avançados, vol. 16, n.46, p.85-104, 2002.

KOERICH, Desirée. **Colômbia e o Tráfico Internacional de Drogas**: a securitização do tema nos governos de Álvaro Uribe e Manuel Santos. 2015. 106 f. Monografia - Curso de Relações Internacionais, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

LAMMERHIRT, Laura; REMONDEAU, Camille. Securitização da questão colombiana: contribuições pós-positivistas para os estudos de segurança internacional no pós-Guerra Fria. **Cadernos de Relações Internacionais**, [s.l.], v. 8, n. 1, p.56-69, set. 2015. Faculdades Católicas. <http://dx.doi.org/10.17771/pucrio.cadri.25069>

LANGE, Maria Luísa. **O processo de paz entre o governo de Juan Manuel Santos e as FARC**: uma análise à luz da Escola de Copenhague. 2016. 107 f. Monografia - Curso de Relações Internacionais, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

MANZANO, Aitor Montero. El proceso de “desecuritización” en el conflicto armado colombiano para la construcción de la paz. **Ciudad Paz-Ando**, [S.L.], v. 10, n. 1, p. 33-46, 24 jul. 2017. Universidad Distrital Francisco Jose de Caldas.

MARTINEZ, Elias David Morales; LYRA, Mariana P. O. de. O Processo de Dessecuritização do Narcotráfico na Unasul. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 2, p. 661-691, 2015.

MOTTA, Bárbara Vasconcellos de Carvalho. **Securitização e Política de Exceção**: o excepcionalismo internacionalista norte-americano na segunda guerra do Iraque. 2014. 127 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP, PUC/SP), São Paulo, 2014.

NATIONAL PLANNING DEPARTMENT; DEPARTMENT OF JUSTICE AND SECURITY. **Plan Colombia Progress Report**, 1999-2005. Bogotá, set. 2006.

NOBRE, Fábio R. F. **A Participação Estadunidense No Conflito Colombiano Sob A Ótica Dos Complexos Regionais De Segurança: Penetration Ou Overlay?**. In: VII CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE CIÊNCIA POLÍTICA, 2013, Bogotá.

PASSOS, A. M. **O Overlay na agenda de segurança da América do Sul**: As FARC e os Planos Colômbia 1 e 2. 2012. 110 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico**: Métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Universidade Feevale, 2013.

RODRIGUES, Thiago M. S. A infindável guerra americana: Brasil, EUA e o narcotráfico no continente. **São Paulo em Perspectiva**, [s.l.], v. 16, n. 2, p.102-111, jun. 2002. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-88392002000200012>.

RODRIGUES, Thiago. **Narcotráfico: uma guerra na guerra**. São Paulo: Desatino, 2012.
ROE, Paul. Securitization and Minority Rights: conditions of desecuritization. **Security Dialogue**, [S.L.], v. 35, n. 3, p. 279-294, set. 2004. SAGE Publications.
<http://dx.doi.org/10.1177/0967010604047527>.

SAINT-PIERRE, Héctor Luis. "Defesa" ou "segurança"? reflexões em torno de conceitos e ideologias. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 2, p.407-433, dez. 2011.

SANTOS, Juan Manuel. **Discurso del Presidente Juan Manuel Santos Calderón**. 2010.
Disponível em:
<http://wsp.presidencia.gov.co/Prensa/2010/Agosto/Paginas/20100807_15.aspx>. Acesso em: 25 jan. 2021.

SANTOS, Maria Helena de Castro. A nova missão das forças armadas Latino-Americanas no mundo pós-Guerra Fria: o caso do Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [s.l.], v. 19, n. 54, p.115-128, fev. 2004.

SILVA, Caroline. Plano Colômbia: securitização do narcotráfico pelos Estados Unidos da América. **Conjuntura Global**, [s.l.], v. 4, n. 2, p.124-132, 20 set. 2015. Universidade Federal do Paraná. <http://dx.doi.org/10.5380/cg.v4i2.43167>.

SILVA, Natasha P. O Complexo Regional de Segurança da América do Sul: um Estudo de Barry Buzan e Ole Waever. **Revista Perspectiva**, Ano 4, n. 7, p. 125-141, ago./set. 2011.

TANNO, Grace. **A Contribuição da Escola de Copenhague aos Estudos de Segurança Internacional**. Contexto Internacional, Rio de Janeiro, v.25, n.1, p.47-80, junho, 2003.

UNIVERSIDAD EXTERNADO DE COLOMBIA. Cincuenta años de cambios en el conflicto armado colombiano (1964-2014). **Revista Zero**: Bogotá, n. 33, jul./dez. 2014.

VILLA, Rafael Duarte; OSTOS, Maria del Pilar. As relações Colômbia, países vizinhos e Estados Unidos: visões em torno da agenda de segurança. **Revista Brasileira de Política Internacional**, [s.l.], v. 48, n. 2, p.86-110, dez. 2005. FapUNIFESP (SciELO).
<http://dx.doi.org/10.1590/s0034-73292005000200005>.

VILLA, Rafael Duarte; OSTOS, Maria del Pilar. As relações Colômbia, países vizinhos e Estados Unidos: visões em torno da agenda de segurança. **Revista Brasileira de Política Internacional**, [s.l.], v. 48, n. 2, p.86-110, dez. 2005. FapUNIFESP (SciELO).

WAEVER, O. Securitization and Desecuritization. In: LIPSCHUTZ, R. D. **On Security**. New York: Columbia University Press, 1995.

WILLIAMS, Michael C. Words, Images, Enemies: Securitization and International Politics. **International Studies Quarterly**, [s.l.], v. 47, n. 4, p.511-531, dez. 2003. Oxford University Press.

WILLIAMS, P. D. **Security Studies**: an introduction. New York: Routledge, 2008.